



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

ATA N.º 01/2015

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra, em reunião ordinária às vinte horas trinta minutos, na **Casa da Cultura de Mira Sintra, sita na Avenida 25 de Abril, Largo da Igreja, 2735-400 Agualva-Cacém**, com a seguinte:-----

1. Apreciar e votar, nos termos da alínea b) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas;-----
2. Apreciar, nos termos da alínea b) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;-----
3. Apreciar e votar, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão Orçamental do ano 2015;-----
4. Apreciar e votar, nos termos da alínea g) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Delegação de Competências para a gestão, conservação e manutenção dos equipamentos do Parque Urbano de Mira Sintra;-----
5. Apreciar e votar, nos termos das alíneas d) e f) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regulamento de Taxas;-----
6. Apreciar e votar, ao abrigo da Lei de Orçamento do Estado para 2015, a abertura do procedimento concursal para a contratação de dois assistentes técnicos;-----
7. Apreciar e votar, nos termos da alínea g) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo a celebrar com a CPCJ Sintra Oriental (Comissão de Proteção Crianças e Jovens);-----
8. Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Informação escrita do Presidente da Junta, referente ao 1.º trimestre de 2015;-----
9. Eleição do Vogal suplente representante da Assembleia de Freguesia para a CPCJ Sintra Oriental (Comissão de Proteção Crianças e Jovens);-----
10. Apreciar e votar, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Ata N.º 05/2014.-----

--- Aberta a sessão pela Presidente de Mesa Maria Emília Infante, de imediato foi verificada a presença dos Senhores Vogais, estiveram presentes os senhores Vogais: bancada PS, Filipe Barroso, Dâmaso Martinho, Vítor Ferreira; bancada SCMA, Álvaro Silva, Aristides Mateus, Catarina Ramos, Luís Roberto, António Loureiro; bancada PSD, Armando Gonçalves, Felisbela Bernardo; bancada CDS/PP, Maria Albertina Santos; bancada CDU, Pina Gonçalves e bancada BE, Carla Henriques. -----

Não compareceram à Sessão os Senhores Vogais: bancada PS, Luís Gaspar, tendo sido substituído pela Vogal Fátima Feliciano, 2º Secretário Joaquim Azedo, tendo sido substituído pelo Vogal José Amorim; bancada PSD, 1.º Secretário Rui Pinto,



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

tendo sido substituído pelo Vogal João Paulo Pires; da bancada CDU, Irina Abreu pede a suspensão de mandato e é substituída pelo Vogal Joaquim de Jesus Silva, que também pede a suspensão de mandato pelo que é substituído pelo Vogal Carlos Fernandes, que pede a renúncia de mandato e que é substituído pelo Vogal António Reis, que pede renúncia de mandato e que é substituído pelo Vogal Rui Ramos, que também pede a renúncia de mandato, sendo substituído pela Vogal Ana Maria Soares Pais e o Vogal Marco António de Sousa.-----

Continuando no uso da palavra a Senhora Presidente da Mesa, solicitou ao Senhor Vogal Dâmaso Martinho da bancada do PS e ao Senhor Vogal João Paulo Pires da bancada do PSD, para que a acompanhasse na condução dos trabalhos na Mesa da Assembleia de Freguesia.-----

A sessão da Assembleia de Freguesia iniciou com dezanove vogais presentes. -----

--- De seguida foi concedida a palavra ao público, usaram da palavra os Senhores Vogais: -----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Nuno Gomes que disse: “O assunto que me traz mais uma vez é do conhecimento deste executivo mas antes de o abordar, gostaria também falar de aspetos positivos que se têm verificado aqui na freguesia, eu passo por falar da limpeza que foi feita na Gruta do Alto do Colaride e na vedação que lá foi criada, lamentavelmente dois dias depois, que acompanhei o processo, já lá estava outra vez lixo, isto sinaliza que há falta de fiscalização na freguesia em concreto, já para não falar na Cidade. Também verifiquei, não sei se por inerência às eleições que vão haver ainda este ano, começaram a pintar as estradas da freguesia, embora parece-me, o processo foi interrompido porque já passou algum tempo que andaram a marcar pontos e só pintaram parte das estradas, também penso que esta situação deve-se mais à Câmara de Sintra e não a este executivo, mas seria de todo bom que este executivo aproveitasse esta situação e fizesse algum *forcing* para que a Câmara executasse essa melhoria na freguesia que dá outro aspeto, o mais rápido possível. Também tive a oportunidade, é um cavalo de batalha meu, pessoal, como cidadão, de passear pelos parques infantis que existem, não só pelos parques infantis mas pelos parques de lazer que existem pela freguesia em concreto e é triste, como cidadão já ter falado cinco vezes sobre o mesmo parque, que continua neste estado lastimoso, isto não é um parque para as crianças andarem e cujo Senhor Presidente da Junta teve a amabilidade de me dizer que até ao final do ano passado iria tomar uma atitude, estava previsto fazer uma obra naquele parque mas pelo menos eu pressupus que essa atitude seria pôr lá uma placa de sinalização, ou proteger, ou trancar o acesso ao parque de uma maneira mais eficiente para não pôr em perigo as crianças mais atrevidas, que outro lugar não têm para brincar senão aquele espaço ali na zona, e é com algum pesar, reconhecendo aqui algum esforço, em algumas pequenas diferenças que é melhor do que nada, mas é com algum pesar que eu vejo que a junta não tem ou não teve eventualmente dinheiro para fazer esta placa sinalizadora, para este e outros parques que foram até alvo de intervenção deste executivo e o resultado foi bastante bom e os parques estão operacionais, alguns deles, mas continuam sem qualquer tipo de sinalética a dizer de quem é a responsabilidade, quais são os



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

telefones de emergência no caso de haver algum acidente com as crianças e etc. Nos tempos que vivemos hoje dá que pensar, todos os dias vimos notícias muito tristes de violência e outras situações contra as crianças e eu quando me deslocuei recentemente à Junta de Freguesia fiquei admirado, quando dentro da Junta de Freguesia vi um investimento que foi feito para porem Junta de Freguesia de Agualva - Mira Sintra dentro da própria junta, eu pensava que as pessoas à porta já tinham isso e quando lá estavam dentro já sabiam que era a junta, talvez mais importante fosse o mapa da própria freguesia porque a sinalética que diz onde é o início e a saída da freguesia continua exatamente na mesma, fazendo referências ao passado. Não obstante isto de burocracias e tenho a certeza que este executivo está a evidenciar as diligências bem ou mal não saberei dizer, no sentido disso ser retificado, agora o que me deixa a pensar é, como é prioritário mais uma vez ser visível investimento interno dentro da junta, ser visível que andaram a fazer uns grafites todos bonitinhos pela freguesia e não ser prioritário, pôr uma placa sinalizadora, um alerta à população, a dizer que estes parques infantis não estão esquecidos, por este ou por aquele motivo, ainda não foram intervencionados mas que estão a ser resolvidos, já passa mais de um ano da atividade deste executivo e a execução sobre esta matéria deixa muito aquém e na expectativa dos fregueses, de qualquer maneira por alguns indicadores da diferença do anterior executivo para este executivo, todos nós teremos que ter paciência e aguardar mais para ver se em ano de eleições, que é o normal, se conclui todas estas obras e se melhora a freguesia".-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:

"Agradeço em primeiro lugar a intervenção que foi feita e começava só com uma primeira nota, ano de eleições, há-de ser, mas não é tão cedo, nós estamos a ano e meio de mandato, falta-nos dois anos e meio de mandato, portanto as eleições estão longe e espero que as intervenções que foram feitas venham a provar exatamente que estamos muito longe do período eleitoral, as intervenções durante, vou-me escusar de referir do período da atividade municipal, mas gostava de referir dois aspetos. Primeiro agradecer aspeto positivo da limpeza do Colaride e dizer antes de mais, que se a limpeza do Colaride foi efetivamente um sucesso, foi acima de tudo porque teve a participação da população que aderiu de uma forma espontânea e muito quantitativa a esta iniciativa. Sobre os parques infantis, também vamos falar na atividade municipal sobre o que a Junta de Freguesia pretende fazer nesta matéria. A Junta de Freguesia resolveu manter por si, com os seus próprios meios a manutenção dos parques infantis e tem vindo a fazer, eu próprio referi, os parques infantis que foram recuperados, o da Rua Freixo Capitão está recuperado há algum tempo e o que está agora a ser recuperado é o da Rua General Norton de Matos, estes parques, e eventualmente quando referiu ter visto, salvo se eu percebi bem, na Junta de Freguesia se colocou algumas placas, nós fizemos cinco placas para os parques que estão em recuperação, essas placas estão colocadas pelo menos em quatro destes parques, como são vários, provavelmente ainda não visitou, apelo que visite pelo menos os parques da Rua General Norton Matos e Rua Freixo Capitão que verão as placas indicativas dos espaços. Sobre o Graffiti, considero importante a intervenção que a arte urbana tem para esta freguesia, do meu ponto de vista, eu não a desvalorizava, que eu



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

acho que é um investimento muito significativo da Junta Freguesia quer fazer e acho que é muito importante que o faça. Sobre a pintura das estradas, também referiu muito bem, é a Câmara Municipal de Sintra que o está a fazer, a mim compete-me com alguma paciência aguardar que ela seja feita reconhecendo que a Junta Freguesia de Agualva e Mira Sintra, tem sido aquela onde a Câmara menos tem investido na pavimentação, não significa que não os tenhamos feito, fizemos, juntamente com outras freguesias esta intervenção, não conheço as prioridades ou calendarização que está definida pela DSU2 nestas intervenções, que se têm preocupado acima de tudo, na reparação de pavimentos no meu entender teve aspetos manifestamente negativos, enfim, basicamente penso que são os principais aspetos e mais uma vez agradecer a participação do Senhor Nuno, sobre a sua ideia sobre a freguesia. Dar só nota e como foi referido, estava-me a esquecer o parque infantil que proferiu, este que mostrou as imagens, já tive oportunidade de referir, que vai ser feito uma empreitada de recuperação, a intenção de transferir aquele equipamento para o Centro da Praça e transformar o atual equipamento num parque canino, esta é uma intervenção que não pode ser feita pelos nossos meios próprios e vamos lançar uma empreitada para este fim, espero que seja o mais rápido possível, já deveria ter sido feito mas espero que seja muito em breve uma realidade."-----

--- **Tomou a palavra a Senhora Presidente** de mesa onde referiu que iriam passar ao período Antes da ordem do Dia, nomeadamente para as moções entregues pela CDU e o voto de congratulação entregue pelo PSD, por ordem de chegada os documentos foram numeradas da seguinte forma:-----

- **Moção Um - "Delegação de Competências."**-----
- **Moção Dois - "1.º de Maio, Romper com a Política de Direita!"**-----
- **Moção Três - "Lutar por Abril para uma vida melhor!"**-----
- **Moção Quatro - "Não a um Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros que Lesa as Populações e os Municípios."**-----
- **Moção Cinco "Não ao condicionamento da contratação coletiva/acordos coletivos de entidade empregadora pública ACEEP- Redução do limite do período normal de trabalho para as trinta cinco horas semanais, pelo respeito pela autonomia e legitimidade democrática das Autarquias Locais."**-----
- **Voto de congratulação às 3PME da União de Freguesia de Agualva Mira Sintra Distinguidas com o Estatuto PME Excelência 2014**-----

Continuando no uso da palavra, a Senhora Presidente de mesa sugeriu, utilizar cerca de meia hora para apresentação das moções, de seguida a intervenção das outras forças políticas que não as responsáveis pelas moções e depois a votação. De seguida pediu se concordassem, que a CDU apresentasse todas as moções e de seguida passava-se para o debate e respetiva votação. A votação, cada uma de sua vez.-----

--- **O Senhor Vogal Pina Gonçalves pediu a palavra para interpelar a mesa sobre a condução dos trabalhos.**-----

Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que referiu "a razão de ser da minha interpelação, tem a ver com aquilo que a Senhora Presidente acabou de



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

referir como sendo uma sugestão, efetivamente, não passa disso é uma sugestão da Presidente da Mesa, da Mesa não sei se suporta ou não essa sugestão, por várias razões: primeiro, porque nós realizámos uma conferência de representantes dos grupos políticos com o objetivo e com ordem de trabalhos, no sentido de preparação e organização desta sessão ordinária de Assembleia de Freguesia e nada disto foi colocado, sugerido, apresentado, sequer ao de leve nessa reunião, o que é estranho, porque essas reuniões têm por objetivo digamos assim, contribuir para uma melhor preparação e organização destas reuniões plenárias da Assembleia: a segunda porque o período antes da ordem do dia não tem que ser subdividido por partes, nós não temos que estar subordinados a uma divisão dos tempos e a um espartilhamento desses tempos para discutir seja aquilo que for, o período antes da ordem do dia é o período antes da ordem do dia, cada grupo político apresenta e faz as intervenções que bem entender, pela ordem que bem entender, sobre aquilo que muito bem entender, não está sujeito a nenhuma ordem de trabalhos prévia, nem nenhum consentimento prévio para o fazer, é esse o sentido na letra e no espírito daquilo que são os períodos de antes da ordem do dia. Não vou referir ainda o resto mas para já é isto, a bancada da CDU não aceita esta forma de conduzir os trabalhos, que não têm sequer suporte regimental nem legal, em relação ao período da ordem do dia que apenas está limitado por um período máximo de tempo mais nada, nós iremos intervir pela ordem e sobre os assuntos que muito bem entendermos durante o período antes da ordem do dia, pela parte que toca à CDU senhora Presidente."-----

Tomou a palavra a Senhora Presidente de mesa que referiu ter sessenta minutos para o período antes da Ordem do Dia para intervenções, de seguida passou a Palavra aos Senhores Vogais:-----

--- Usou da palavra a Senhor Vogal Ana Pais que disse: "Eu queria dar aqui um pouco do que se está a passar na Comissão de Inquérito de Auditoria, sobre a situação das contas da anterior presidência da freguesia, os trabalhos estão realmente a decorrer, sempre decorreram com alguns problemas no sentido de alguma falta de resposta que já foi esclarecido por parte da freguesia, falta de resposta por parte da empresa que fez a auditoria, aliás nunca houve qualquer tipo de resposta, dizer que os trabalhos continuam a decorrer, para a semana as pessoas, implica algumas das pessoas que foram selecionadas e que assim o desejaram pretender comparecer na reunião desta Comissão para esclarecerem os motivos, as situações pelo qual estão implicadas neste processo, pretendemos que até ao final de Maio se deem por encerrados os nossos trabalhos e então depois apresentarmos o devido inquérito sobre esta Comissão."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal António Loureiro que disse: "Eu venho aqui dizer algumas palavras acerca do que penso e pensa o Movimento SCMA sobre a Delegação de Competências, Moção Um da CDU. Tendo em conta o momento político atual e financeiramente como está o país, entendemos que em três linhas, duas, três linhas, antes de começar o penúltimo parágrafo, diz tudo ou quase tudo e passo a citar: "a solução preconizada é incompatível com a autonomia do poder local sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas", não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local, por isso mesmo, nós SCMA nos vamos abster. Quanto aos outros pontos, ou moções, como romper com política de direita, lutar por Abril para uma vida melhor, transportes públicos e contratação coletiva é só para dizer que estamos de acordo, votaremos a favor."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que disse: "Pedi a palavra no sentido de dizer aqui algumas coisas e que cabe dizer no período antes da ordem do dia. Existem algumas situações na freguesia que eu gostava aqui de colocar e que tem a ver com a iluminação pública na zona da estação da Cidade de Agualva-Cacém, do lado da Rua Elias Garcia, que tanto quanto sei pelos contatos que tenho mantido com alguns dos comerciantes daquela zona, já foi objetos de exposições a esta freguesia e aquilo que surge como conhecimento das pessoas é que existe uma espécie de jogo de pingue-pongue, que é habitual em Portugal até nem sei como nós não somos campeões mundiais de pingue-pongue, mas entre a Refer e a Câmara Municipal de Sintra no que diz respeito aquela iluminação pública naquela área, espero que não venha a ser necessário a contratação de algum detetive particular para descobrir a quem compete resolver aquela situação. O certo é que toda a zona de estacionamento e praça de táxis não tem iluminação pública, é factual. Na zona da Rua Elias Garcia, há um candeeiro com a lâmpada apagada, com uma avaria e junto à Farmácia Central, já na descida, quem vem no sentido do túnel também está um outro avariado, um outro candeeiro avariado, suponho que seja do sistema de iluminação pública que já não é da zona da estação, é exterior à estação. A questão está colocada, os comerciantes têm colocado esta questão, não sei se outros municípios o têm feito mas, o que nós entendemos é que a Junta da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, deve na nossa perspetiva, assumir junto das entidades que considerar que tem responsabilidade disto, posições no sentido que esta situação seja resolvida com a celeridade que merece, e como todos sabemos, a iluminação pública coloca problemas, não só de segurança dos cidadãos como do conforto da própria circulação de pessoas e viaturas e de tomada e largada de passageiros naquela zona. Não só a segurança das pessoas mas dos próprios bens, neste caso dos comerciantes, das lojas, etc.. Se a iluminação pública lá está colocada é para funcionar, o que as pessoas pedem, não exigem, mas eu acho que deviam exigir, se está lá, é para funcionar, é tão simples como isto. Esta era uma questão e a outra é uma questão geral na nossa freguesia, que é a situação da limpeza urbana e da varredura e limpeza de ruas e locais, etc., é muito deprimente de fato circular na nossa União Freguesias e ver o estado a que está votada a limpeza urbana, as ruas, os arruamentos, os papeis, os detritos, os dejetos dos animais caninos e devo já dizer que sou um adepto, sou defensor dos animais, isto não diz dos animais, diz dos respetivos donos mas isto não iliba, nem de perto nem de longe as responsabilidades das instituições públicas como a Freguesia mesmo que não tenha competência direta, que não, tem mas de intervir junto de quem direito para que este problema seja resolvido, de fato a situação da limpeza das nossas ruas é muito deficitária, para não usar outro tipo de adjetivo. Solicitava, que depois se for esse o entendimento que estou certo que a Junta de Freguesia não deixará de registar e depois de dar algumas notas sobre isto. Em relação à intervenção do nosso co-



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

cidadão Vogal da Assembleia Nuno Gomes, que colocou aqui uma serie de questões, aliás já não é a primeira vez que as coloca, era só dar esta nota, estou certo, tenho mesmo a certeza que o nosso conhecido e amigo Vogal Teodósio Alcobia, não deixará de tomar devida nota das justas reivindicações aqui colocados pelo nosso co-cidadão e de as defender seriamente no seio do executivo da nossa freguesia. Relativamente às moções que apresentámos, em relação à Delegação de Competências, isto dito assim não se percebe exatamente aquilo que se pretende dizer, a Delegação de Competências, tem a ver com a intenção em marcha do governo PSD/CDS/PP, de também na área da saúde e educação, transferir competências para as autarquias locais, transferência de competências que não vem acompanhada com é costume, dos meios nem técnicos e muito menos financeiros e, que têm também como objetivo escondido, por que isto são pessoas que atiram a pedra mas escondem a mão, com o objetivo de passar à privatização, à destruição daquilo que é a escola pública e do serviço nacional de saúde e a seguir à sua privatização. Nós, estamos contra esta medida e por isso apresentamos aqui esta moção. A segunda moção que apresentamos relativamente ao 1º Maio, que se realiza já na próxima sexta-feira, faz todo um conjunto de análises relativamente à situação atual que tem a ver com a política do governo, contra o mundo do trabalho, contra os trabalhadores e, no fundo o que nós propomos é que esta Assembleia da União de Freguesias de Agualva Mira Sintra delibere, que se manifeste a favor: do trabalho com direitos e da proteção do desemprego para todos os desempregados, do aumento geral dos salários e da atualização imediato do salário mínimo nacional, para valores que tenham em consideração a inflação verificada nos últimos anos e os acordos estabelecidos em sede de concertação social, é bom dizer que foram estabelecidos acordos que não estão ser respeitados, estamos a lidar com gente sem palavra, também, para além de tudo mais, a favor da reposição dos salários e pensões, bem como dos dias de férias e feriados que foram retirados, a favor da luta contra a redução da taxa social única e o aumento da taxa intermédia do IVA, a favor da redução da carga fiscal contra os trabalhadores e pensionista e uma mais justa repartição dessa carga fiscal aumentando a tributação do capital, a favor das trinta e cinco horas do trabalho semanal para todos os setores sem qualquer redução salarial, não sei se o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra estará a favor disto, a favor do fim dos bloqueios à negociação coletiva, nomeadamente no que concerne aos ACEEP da publicação das portarias de extensão. Mais uma matéria que eu também não sei se o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra estará de acordo, tem manifestado que não, a favor da revogação de todas as normas anti-laborais que foram introduzidas na legislação dos setores privados, público e empresarial do estado, a favor da revogação da lei da chamada requalificação, termo cínico que está na base do despedimento dos trabalhadores, além de outras características são também pessoas cínicas, a favor do aumento das pensões de reforma e da melhoria dos apoios sociais às famílias, a favor da defesa e da promoção do serviço nacional de saúde, universal e gratuito tal como constitucionalmente consagrado, da escola pública de qualidade inclusiva, da segurança social universal e solidária e remeter a presente moção para um conjunto de entidades que vêm descritas, que eu me escuso agora de ler. A moção em relação ao vinte cinco de Abril, tem a



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

ver também com a defesa para já da Constituição da República Portuguesa, saudar também o quadragésimo primeiro aniversário da revolução do vinte cinco Abril de mil novecentos e setenta quatro, apesar do cravo vermelho ficar bem a muita gente, até dá jeito, como a canção, manifestar também a sua posição às políticas económicas e sociais levadas a cabo pelo governo PSD/CDS, que afundam o país, promovem desigualdade, a pobreza, a fome e a miséria, saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, em defesa de um emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do serviço nacional de saúde, dos serviços públicos de transportes, todos estes direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, o regime jurídico do serviço de transporte de passageiros, lesa que o governo vem tentando implementar, é um regime recente que lesa as populações e os municípios e por maioria da razão as freguesias, portanto este regime pretende transferir para as autarquias o ónus de subsidiar as empresas privadas de transporte que prestam um péssimo serviço público, aliás elas são privadas, não podem prestar um bom serviço público, o seu objetivo nem se sequer é esse, é fazer lucro, mas pretende por as autarquias a ter a responsabilidade de pagar essas compensações, as chamadas indemnizações compensatórias para as quais não têm capacidade e posteriormente por falta de capacidade preparar o caminho para a privatização daquilo que ainda resta do serviço de transportes públicos em Portuga, como por exemplo a linha de Sintra da CP, por isso propomos que esta Assembleia da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra delibere manifestar sua posição ao regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, preconizado na proposta de Lei numero duzentos e oitenta e sete barra doze, dando testemunho desta posição de forma autónoma ou em conjugação com os órgãos deliberativos de outras freguesias aos diversos grupos parlamentares da Assembleia da República, suscitando ainda nas instancias próprias nova reflexão quer da Associação dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias sobre a posição anteriormente tomada e remeter esta então para as entidades competentes. Relativamente à moção do PSD, que aliás surge como uma proposta de Voto de Congratulação para ser mais exato e correto, que pretende distinguir com o estatuto PME de excelência dois mil catorze três empresas sediadas na nossa União de Freguesias, tirando uma deles, eu nem sequer vou referenciar os nomes em concreto, não vale a pena, mas antes até de falar nisso, era só dizer que este prémio de excelência é atribuído anualmente pelo IAPMEI numa parceria conjunta com entidades idóneas, que são muito idóneas, só vou dar exemplo de duas, o BPI, o tal do aguenta, mas que anda a receber dinheiros do Estado para se aguentar e o Novo Banco que é o chamado Bom, que surge na consequência daquilo que aconteceu no BES, como vemos serão estes representantes, só dois, só para dar o exemplo de dois, bastante idóneos para atribuir prémios desta natureza, aliás eles lá sabem com que linhas é que se cozem e todos nós também sabemos o que é que se passa e as pessoas pensam, e vêm, assistem e também tiram as suas conclusões, além deste aparte que se impunha, nós não consideramos estas pessoas com idoneidade nenhuma para coisíssima nenhuma, para agora estarem a dizer, quem gere bem ou gere mal mas relativamente à aqueles que são homenageados digamos assim, duas destas



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA** E **MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

empresas há quase uma década não aumentam os salários dos seus trabalhadores, não pagam trabalhos extraordinários, aumentaram horário trabalho, eu também gostava de ser empresário nestas condições, é fácil dar lucro desta maneira, não é, e reduziram também o seu efetivo de pessoal, fizeram despedimentos, portanto nestas condições nós não podemos acompanhar de forma alguma aquilo que aqui está neste chamado Voto de Congratulação, cujo conteúdo não surpreende dada a origem que tem e o historial digamos assim, desse berço digamos assim, esse berço produz para a nossa Sociedade a que nós todos temos vindo a assistir largamente e temos vindo sobretudo a pagar amargamente. Relativamente à questão da contratação coletiva, acordos coletivos de entidade empregadora pública ACEEP - Redução do limite do período normal de trabalho para as trinta cinco horas semanais, pelo respeito pela autonomia e legitimidade democrática das autarquias locais. Este é o título desta moção que eu vos pediria a paciência de ler um bocadinho mais, até porque amanhã quem vai governar a nossa Cidade não é o Partido Socialista, deve o CDS/PP, penso que o nosso amigo Vice-Primeiro-Ministro deve ter conseguido mover algumas influências e temos então a seguinte moção, esta moção considera em todos os pontos, já agora esta nota prévia, considera em todos os pontos aquilo que foi decidido e deliberado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses quanto a esta matéria, portanto este texto que aqui está, não foge um milímetro a essa deliberação da Associação Nacional de Municípios. Considerando que a criação de critérios condicionando a contratação coletiva por parte das autarquias locais representa uma ingerência inaceitável na sua autonomia, não esqueçamos que os autarcas são eleitos com toda a legitimidade por voto direto, secreto e universal, por sufrágio direto, secreto e universal, existe um capítulo inteiro na nossa Constituição da República referente às autarquias locais, portanto, não são eleitos com um estatuto menor no país, são eleitos em pé de igualdade como todos os outros e com mesmíssima legitimidade, considerando que as exigências colocadas pelo governo PSD/CDS-PP como todos sabemos, visam na prática obstaculizar ou mesmo impedir a redução do período normal de trabalho das quarenta para as trinta cinco horas semanais, desde há muito a vigorar na Administração Pública, considerando que o aumento da semana de trabalho para quarenta horas significa mais uma redução real de remuneração dos trabalhadores das autarquias locais, considerando que existem aspetos motivacionais de enorme relevância associados à gestão do tempo de trabalho, considerando que não existe qualquer relação direta entre o aumento do período normal de trabalho e o aumento dos índices de produtividade, considerando que a posição governamental apresenta uma visão economicista redutora da organização e duração do tempo de trabalho com critérios puramente financeiros, com restrições intoleráveis inclusivamente ao recrutamento de novos trabalhadores, traduzindo-se numa ingerência na gestão interna das autarquias locais prejudicando em última análise a prestação de serviço público aos cidadãos, assim, o grupo político da CDU, propõe que a Assembleia de União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, na sessão ordinária de vinte nove Abril de dois mil e quinze delibere: número um, rejeitar as ingerências, imposições e limitações à sua autonomia e independência, pretendidas pelo Governo, nomeadamente ao nível da livre contratação coletiva e remeter a presente moção



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

para as entidades que aqui vêm discriminadas a seguir. Importa ainda dizer que o ato que amanhã se vai praticar na Câmara Municipal de Sintra que tem o colaboracionismo habitual ao nível sindical da UGT e que significa efetivamente que, enfim bom filho à casa torna, digamos assim, portanto é difícil esquecer o passado na política e tudo aquilo que sempre se defendeu e amanhã o que vai acontecer é no fundo o ato de subserviência face ao Governo relativamente a esta questão dos acordos coletivos de trabalho na Administração Local, não passa disso, o que quanto a nós CDU, é motivo de protesto evidente, porque isto vai, tenta esta colagem política do Governo, além de ter objetivos políticos com contornos que nós desconhecemos, nem queremos saber, podemos depois analisar como cidadãos porque também votamos e convém saber essas coisas, mas, envergonha quanto a nós, autarcas que com espinha dorsal, com coluna vertebral, exercem o seu mandato totalmente legítimo que lhes é dado pelo voto do povo, e que até extravasa o Concelho de Sintra, de norte a sul do país e nas regiões autónomas, autarcas de todas as cores políticas, assinaram acordos destes que não preveem banco de horas nem nada essas coisas, e não são menos autarcas por causa disso, antes pelo contrário, são autarcas que exercem o seu mandato com honradez, com dignidade e com coluna vertebral, esta é a nossa opinião e isto, o que vai acontecer amanhã, não sabemos se foi uma cunha do Senhor Vice Primeiro-Ministro ou se não foi e que teve efeito, mas não vai ser positivo, nem para autonomia e independência local, é um mau exemplo, é um exemplo a reprovar, a rejeitar e a condenar, assim como também os trabalhadores das autarquias do Concelho de Sintra e as respetivas famílias, não têm nenhum motivo para celebrar amanhã, antes pelo contrário. Também os eleitores, aqueles que votaram para eleger os órgãos autárquicos e que deram toda a legitimidade a esses mesmos autarcas, nomeadamente ao Presidente da Câmara, também vão sentir traído o seu voto, porque vão ver, que afinal a pessoa em quem votaram não exerce esse mandato com independência face ao poder central e exercendo na plenitude um mandato legítimo que lhe deu a população. Isto é uma situação que nos preocupa bastante, além de que depois tem contornos ridículos, todos os trabalhadores que estão abrangidos por acordos destes pelas trinta cinco horas que não abrangem, que não têm em conta bancos de horas nem nada dessas situações, não vão poder trabalhar as quarenta horas, os seus acordos assinados têm outro conteúdo, não é, portanto o que vamos ter depois é um conjunto de situações, uma manta de retalhos, situações disparas entre trabalhadores da Administração Local, é também uma situação ilegal porque não respeita a autonomia do poder local e depois pasmes se, aquilo que vai acontecer amanhã nem sequer tem em conta uma decisão da própria Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em relação a esta matéria concreta. Pela nossa parte achamos que vai ser um daqueles momentos deprimentes, situações deprimentes a que vamos assistir, não nos admira se nos perguntarem se nós ficamos admirados, não, porque nós conhecemos sobejamente toda a trajetória de sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, portanto nada disso nos admira, o que podemos achar mais difícil de aceitar é que dentro de um partido que apoia uma candidatura destas, todos este tipo de situações sejam aceites, desde Ministros da Educação que já foram Ministros no anterior regime, pessoas como o atual Senhor Presidente da



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

Câmara que exerce seu mandato desta forma, tudo isto é de condenar, tudo isto nos deixa de fato preocupados e fazemos aqui o registo precisamente desse nosso protesto e assinalando uma coisa que não honra, longe disso, o Concelho de Sintra e os autarcas Sintrenses."-----

A Senhora Presidente de Mesa deu dar a palavra ao Senhor Vogal Luís Roberto.-----

--- O Senhor Vogal Pina Gonçalves pediu a palavra para interpelar a mesa sobre a condução dos trabalhos novamente.-----

Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que referiu: "Senhora Presidente nenhum de nós anda nisto há dois dias e eu estou a interpelar a mesa, as interpelações à mesa são intempestivas e têm imediatamente lugar, por isso é que eu estou a tomar já a posse da palavra, é assim, na nossa perspetiva não faz sentido absolutamente nenhum que os membros sejam eles quem forem do executivo da Junta de Freguesia, participem ou intervenham no debate como membros da Assembleia, uma coisa é os membros do executivo intervirem aqui nessa qualidade nos termos do regimento, dando, prestando à Assembleia todas as informações que lhe são solicitadas, outra coisa é participarem diretamente nos debates como se membros da Assembleia fossem, essa situação nós entendemos que o bom senso da mesa não o permitirá, porque não é regra isto em Assembleia absolutamente nenhuma, nem de freguesia nem de mais lado nenhum, nem sequer de uma coletividade, só para chamar a atenção da mesa para esta questão de princípio, porque a intervenção que acabei de fazer, pode e suscitará certamente essa ensejo, mas na nossa perspetiva o debate deve-se realizar pela Assembleia, todos os vogais devem apresentar as questões que têm a apresentar, com certeza que depois poderemos ouvir a Junta de Freguesia relativamente a todas as matérias que foram aqui colocadas, se outra solução quiser ser utilizada para a gestão dos trabalhos desta Assembleia, nós entendemos que a conferência de representantes dos grupos políticos deve reunir e discutir essas matérias previamente, com toda a calma, não em plena gestão dos trabalhos de uma sessão plenária da Assembleia."-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia por me ter concedido a palavra para responder que, é isso que me move, apenas a resposta célere às questões que são colocadas e não compete, penso eu, pela minha interpretação, às bancadas definir a altura correta que o Senhor Presidente deverá intervir sempre focado em questões colocadas por esta Assembleia. Em primeiro lugar agradecer as questões que foram colocadas pelo representante da CDU, Partido Comunista Português e Partido Ecologista, os Verdes. E eu era preciosista nesta intervenção porque nós estamos perante, já agora para sermos corretos, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, e só por simplificação, só meramente por isso, é simplificada Assembleia de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, apenas por simplificação de Português, mas agradecer em primeiro lugar todas as questões que são colocadas, absolutamente pertinentes, relativamente ao Largo da Rua Elias Garcia, que como sabe e referiu muito bem, repito, a pertinência da questão, há um diferendo entre a Refer e Câmara de Sintra, até algum tempo estavam



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

apenas ligada as luzes da obra da estação da Refer que iluminavam o espaço, entretanto a empresa que executou, a Edifer abandonou a obra legitimamente e ficou o Largo às escuras de uma forma indescritível e que merece totalmente a nossa solidariedade. Tenho indicações por parte da Senhora Vereadora que está a diligenciar todos os esforços, como fez no início do ano na zona norte da estação, para que a zona sul consiga também resolver e garantir a iluminação pública, estas matérias como também sabe são um bocadinho mais complexas do que a simples vontade de ligar, sei desta preocupação da parte do município e a mesma coisa se passa em relação à limpeza urbana. A limpeza urbana, concordo consigo, a perda de qualidade da limpeza urbana associada aos contentores do lixo que hoje temos, são absolutamente quase indescritíveis e partilho da sua preocupação, eu só ia falar neste tema exatamente porque a Junta de Freguesia tem feito imensos apelos, para prevenção da limpeza urbana para a sensibilização da DSU, da empresa Suma e da Eco Ambiente, todas elas com falhas, sobre o depósito de lixo junto aos ecopontos, eu dava nota e eventualmente tiveram conhecimento disto e foi abjeto de e-mails imediatos para DSU, entidade que fiscaliza e para os SMAS, o depósito por entupimento, nos ecopontos na Avenida dos Bons Amigos onde há cerca de quinze dias estava um monte absolutamente inarrável de lixo porque o ecoponto estava entupido por razões atendíveis, foram justificadas, designadamente no ecoponto dos papeis, tinha havido um munícipe que tinha colocado um papel grande que entupiu a entrada e todos os outros a seguir ficaram com um aspeto inarrável que foi objeto da nossa reocupação. Finalmente porque falou também sobre a Câmara de Sintra, sobre os ACEEP, gostava de referir um pequeno aspeto. Também a Junta de Freguesia celebrou um ACEEP, não foi ainda homologado, espero que o seja, estamos na fase de duas questões, para mim muito importantes, são tão válidas na Junta de Freguesia de Sintra como são na Câmara Municipal, tem a ver com a luta política que é legítima e aceitável e nesse âmbito o Senhor Vogal Pina Gonçalves referiu que a defesa dos trabalhadores, nestas duas coisas nem sempre são consonantes e o entendimento da Câmara e o entendimento da Junta, porque celebrou um ACEEP em módulos absolutamente semelhantes, é exatamente a defesa dos trabalhadores que deveria ser sobreposta à luta política por mais legítima que entendamos que possa ser."-----

O Senhor Vogal Pina Gonçalves solicitou à mesa a palavra para fazer um protesto.--

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que referiu: "O protesto é porque efetivamente o objetivo da intervenção era este que agora acabámos de ver. A luta política que o PCP trava, é efetivamente em defesa dos trabalhadores, nesse capítulo, nem o Senhor Presidente nem muita gente que milita no seu partido, nos vem agora aqui dar meças nesse capítulo. O que nós dizemos é: porque um acordo que prevê quarenta horas e banco de horas que permite inclusivamente ir para além das quarenta horas semanais de trabalho de borla, não é melhor do que um acordo que tem as trinta e cinco horas, ponto final. Se isso é defender os trabalhadores, vou ali e já venho."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse: "No âmbito das competências quer regimentais e da lei em vigor, vem a bancada SCMA colocar



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA** E **MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

algumas questões à Senhora Presidente porque é ao nosso órgão que temos de por as questões, embora depois as respostas terão de ser do Senhor Presidente, as quais passo a descrever: um, no âmbito da transparência e rigor, qual a razão passados dezoito meses de gestão deste executivo e depois de entregue a documentação solicitada pelos serviços da autarquia para obtermos uns cartões de identificação, conforme o artigo dezasseis, da lei vinte nove oitenta e sete de trinta de Junho no seu número dois, apesar de várias vezes termos levantado esta questão em várias Assembleias, não se deslumbra uma solução, situação essa que consideramos lamentável. Dois, Senhora Presidente da Assembleia, aquando da formação da Comissão do Orçamento Participativo, a qual a nossa bancada participou desde a primeira hora, tendo apresentado a sua demissão por não compactuar com atitudes que em nada dignificam a própria comissão, as quais passo a enumerar, não é possível que uma força política preceda à suspensão do mandato de um Vogal em dezembro dois mil catorze e outro Vogal ocupe a sua presença na Comissão atrás referida, deve-se salientar, que participou em várias reuniões nas seguintes datas, catorze de novembro dois mil catorze e cinco novembro de dois mil catorze, houve uma clara violação do regimento, o Vogal atrás citado, nunca poderia participar nessas reuniões. É preciso ter atenção e estas questões Senhora Presidente, foi também no nosso ponto de vista, violada a lei vinte e nove oitenta e sete no seu artigo dez número um, pagamento das senhas de presença nas referidas reuniões da comissão, certamente não creio que tal situação se deva ao desconhecimento da lei. Tem chegado à sede do movimento, enumeras queixas de cidadãos que ao deslocarem-se aos serviços de atendimento perdem imenso tempo para serem atendidos, solicitamos que possam ser tomadas as medidas para aliviar os prejuízos causados a esses mesmos cidadãos. Tendo o Senhor Presidente afirmado, já foi falado aqui hoje nesta Assembleia, que o Parque Infantil da Quinta da Barroca era para desativar, é do nosso entendimento estando o mesmo fechado mas, tendo uma placa de identificação da Junta de Freguesia e estando no seu interior um autêntico matagal, deveria haver um esforço para resolver este problema, quanto mais não seja tirar de lá a placa que está a pôr a Junta Freguesia, a não dignificar a Junta Freguesia. Outros problemas que têm sido levantados pela nossa bancada, ao longo de várias Assembleias, tem a ver com o *site* da Junta Freguesia que continua completamente desatualizado, à data de vinte nove de abril pelas catorze horas, tais como passo a descrever: Senhora Presidente, Edital a anunciar a Assembleia de Freguesia de hoje, não consta. Atas da Assembleia de Freguesia número dois de dois mil e catorze. Atas da Junta de dois mil e catorze, apenas constam as seguintes: Um, dois, três, oito, dezassete e vinte, que num passado recente se debatia com estes problemas não se compreende. Existe uma prestação de serviços que não está a prestar um bom serviço à autarquia. Mais uma vez e espero que isto seja entendido construtivamente, mais uma vez apelando ao executivo da junta, a resolução deste assunto. Qual a situação do Parque de Estacionamento junto à estação do caminho-de-ferro, para quando a sua abertura e quais as diligências feitas por esta autarquia junto das entidades competentes? Foi-nos informado numa Assembleia, que se estava a preparar um concurso para a sinalização toponímica para identificação do território da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra,



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

passados dezoito meses, tudo continua na mesma, tem o executivo a prestar alguma informação a esta Assembleia sobre este assunto? Havendo uma Comissão da análise do Polis à qual o Senhor Presidente faz parte, juntamente com o Senhor Vice-Presidente e o Presidente da agregação das Freguesias de Cacém e São Marcos, existe alguma conclusão do trabalho que está a ser efetuado por esta comissão? O que sabemos é, que o executivo abdicou de um espaço que estava confinado para implementação da Junta de Freguesia, se assim o entendesse. A nossa bancada quer congratular-se por várias iniciativas que a Junta tem levado a efeito, nomeadamente a comemoração do quadragésimo primeiro aniversário do vinte cinco de Abril, a exposição que esteve patente na Junta de Freguesia e outras questões que foram feitas ao longo da comemoração do vinte cinco de Abril. Louva-se o esforço de limpeza que tem sido executado em vários espaços públicos, refiro-me nomeadamente por baixo da estação, por baixo do túnel. Apelamos que nas eleições que se avizinham, que haja por parte de todos os partidos políticos, uma sensibilidade ambiental na sua campanha eleitoral para manter os referidos espaços com qualidade e ambiente, eu quero dizer que já tive por tristeza minha, visto cartazes colados em locais públicos de forças políticas que pertencem a este executivo, é triste. Depois, tendo os Vogais eleitos dos SCMA, recebido via CTT na sua sede, uma carta anónima, denunciando na mesma alguns fatos que se passam no interior da Junta de Freguesia, lamentamos que na referida carta que não identifique os seus autores, mas foi decidido na reunião de eleitos SCMA unanimidade o envio da referida carta para as entidades competentes a avaliarem e tomarem as medidas que acharem mais convenientes."-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Catarina Ramos que disse: "Serei breve, queria apenas colocar três questões ao Senhor Presidente, relativamente à correspondência recebida no dia vinte quatro de Fevereiro pela Junta de Freguesia, queria perguntar qual é que é a resposta da Junta de Freguesia à proposta setenta quatro B, de dois mil quinze da Câmara Municipal de Sintra, que denuncia o protocolo de cedência do autocarro. Havia um protocolo, havia uma verba a ser transferida, esta verba não foi transferida, a Junta de Freguesia fez alguma diligência para ser ressarcida desta verba até ao final do tempo protocolado, se não, qual é a situação em que isto se encontra? Depois em relação à proposta cento vinte quatro B, dois mil e quinze também da Câmara, da área de reabilitação urbana. Com muita pena minha, apenas vi, área de reabilitação urbana de Agualva. Qual é a justificação para que Mira Sintra, freguesia de Mira Sintra, como disse e muito bem, há bocadinho, é a União das Freguesias, continuando a ser duas freguesias, porque não também a freguesia de Mira Sintra não estar Agualva e Mira Sintra na área de Reabilitação Urbana, qual é a justificação para isto? Se é que a tem. Também queria notar que se começa a verificar muitas crateras no asfalto, nomeadamente na Avenida dos Bombeiros Voluntários, na Rua do Pinheiro, etc. Para quando a sua reparação, aquele plano de intervenção prioritário, julgo que a Avenida dos Bombeiros era uma delas, quais são as ruas a serem intervencionadas e quando?"-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Filipe Barroso que disse: "Primeiro queria já apresentar um protesto em relação ao tempo que foi à pouco despendido em



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA** E **MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

relação à intervenção da CDU, pese embora seja sem apontar qualquer censura prévia, bem pelo contrário, sou completamente contra isso, mas acho que este longo tempo poderia ser mais adequado. Também queria deixar claro que Partido Socialista sempre foi contra o regime fascista, essas comutações em relação a antigos Ministros da Educação, por reflexão entenderam e bem, o valor e os métodos da democracia. Achei pouco adequado, ou mesmo nada adequado. Também considerámos que é muito curiosa a tomada de posição da CDU em relação à Câmara Municipal de Sintra e em relação à Junta de Freguesia, mas isso não será uma posição uniforme, tendo em conta que estão, quer no executivo da Junta de Freguesia, quer na Câmara. Será certamente uma opinião isolada penso eu, ou uma manifestação, obviamente uma opinião livre que é salutar, mas neste caso é criticável por algumas características do tipo de intervenção que foi feita. Em relação à questão da Moção, "Lutar por Abril para uma vida melhor", naturalmente que o Partido Socialista, associa-se sempre a Moções que apoiem o Vinte cinco de Abril e saúdem o Vinte cinco de Abril, tendo em conta que o PS é o Partido Guardião da democracia ou neste caso tendo em conta a desgraça do Presidente da República que temos e do Governo que é o pior Governo desde o vinte cinco de Abril ou desde o fascismo ou seja, o que resta da democracia mas obviamente que o PS faz tudo para a defender e para aprofundar o mais possível, no entanto realçamos, também tivemos Governos positivos, com ações positivas ao longo desde o vinte cinco de Abril, nos últimos quarenta e um anos, também houve Governos que tiveram ações bastante positivas na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Consideramos que isso é importante realçar até porque, nas votações que foram favoráveis ao Orçamento do Estado, por exemplo o PCP, nunca votou em nenhuma, daí que sem votações favoráveis no Orçamento Estado, o aprofundamento de Estado de providência que tivemos, nunca teria acontecido não é? A melhoria das condições de vida nesse aspeto não existiria. Consideramos que é necessário de fato, o regresso à pureza dos ideais dos vinte cinco de Abril. Consideramos que os ideais de Abril, estão cada vez mais perdidos e diluídos no tempo, graças a uma ação que é profundamente negativa e que coloca em causa a própria democracia, o próprio desenvolvimento que foi estabelecido com a Revolução do vinte cinco de Abril e que obviamente o Partido Socialista, que é um Partido que foi fundado contra o regime fascista, foi um partido que lutou pela democracia, que lutou contra possíveis ditaduras de sinal contrário, e que tem sido a grande marca de desenvolvimento de Portugal, da nossa República apesar de todas as dificuldades existentes atualmente, Infelizmente para todos nós, como certamente concordarão. Consideramos que é muito necessário uma nova valorização do vinte cinco de Abril."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Vítor Ferreira que disse: "De facto eu agora percebo porque é que nas Moções da CDU não aparece uma vez a palavra democracia, porque sabendo a CDU, que existem sessenta minutos antes da ordem do dia, tendo manipulado o tempo com vinte e oito minutos na sua intervenção, prova que efetivamente, a Democracia é uma coisa muito subjetiva, eu acho que este tempo antes da ordem do dia, deve ser previamente definido, para que não haja um monopólio da CDU, como tem sido hábito ao longo destas sessões. Vou falar sobre a moção apresentada pela CDU, que é a moção, "1º de Maio, romper



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

com a política de direita". O PS, está de acordo com a maioria dos considerandos desta moção mas, afirmar que durante os últimos trinta e oito anos, foram executadas políticas de direita, é no mínimo falta de honestidade intelectual. A nossa democracia tem quarenta e um anos, o PCP ou a CDU ou outras coligações que houve no passado, estiveram envolvidos apenas nos dois, três primeiros anos da nossa democracia e são esses que a CDU considera que não foram executadas políticas de direita, nós não estranhámos esta forma de fazer política, nem nós nem o povo português, porque o povo português ao longo de quarenta e um anos de democracia o máximo de confiança que deu à CDU ou PCP foram dezoito por cento, sendo que nos últimos vinte anos a média ronda os oito por cento, portanto acusar o PS de fazer políticas de direita, reflete-se claramente nestes resultados e é por isso e porque gostaríamos que a CDU estivesse mais preocupada em defender os ideais de Abril, em defender o 1º Maio e em contestar esta política de direita neoliberal que está a ser implementada, em vez de andar persistentemente a atacar o Partido Socialista, defende o 1º Maio, defende os trabalhadores, já deu provas inequívocas disso e nunca fez políticas de direita, como tal nós vamos abster-nos em relação a esta moção."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Armando Gonçalves que disse: "Queria fazer a apresentação ou ler a nossa proposta ou a nossa moção mas, o Vogal Pina Gonçalves, veio aqui expor alguns pontos de vista da CDU, erradamente. Venho aqui apelar a todos os colegas Vogais, que quando chegar a votação desta moção, votem com consciência e não se deixem levar por alguns, erradamente, que foi aqui explanado pelo Senhor Vogal Pina Gonçalves, acho que a moção vai ser presente e cada Vogal deve com a sua consciência votar e não se deixar influenciar por este partido, as moções da CDU também vão ser presentes e cada Vogal vai votar aquilo que muito bem entender."-----

Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as cinco moções e o voto de congratulação:-----

Moção Um, "Delegação de Competências".-----

Aprovada com nove votos a favor: seis do PS, dois da CDU e um do BE; quatro votos contra: três do PSD e um do CDS/PP e cinco abstenções do SCMA.-----

Moção Dois, "1º de Maio, romper com a política de direita".-----

Aprovada por maioria com nove votos a favor: cinco do MSCMA, dois da CDU e um do BE; votos contra: três do PSD, um do CDS/PP e Seis abstenções do PS.-----

Moção três, "Lutar por Abril para uma vida melhor".-----

Aprovada por maioria com nove votos a favor: cinco do MSCMA, três da CDU, um do BE; quatro votos contra: três do PSD, um do CDS/PP e seis abstenções do PS.-----

Moção Quatro, "Não a um Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros que Lesa as Populações e os Municípios".-----

Aprovada por maioria com nove votos a favor: cinco do MSCMA, três da CDU, um do BE; quatro votos contra: três do PSD, um do CDS/PP e seis abstenções do PS.-----



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

Moção Cinco, “Não ao condicionamento da contratação coletiva/acordos coletivos de entidade empregadora pública ACEEP – Redução do limite do período normal de trabalho para as trinta e cinco horas semanais, pelo respeito pela autonomia e legitimidade democrática das Autarquias Locais”.-----

Aprovada por maioria com quinze votos a favor: seis do PS, cinco do MSCMA, três da CDU, um do BE; quatro votos contra: três do PSD, um do CDS/PP.-----

Voto de Congratulação às 3 PME da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra distinguidas com o Estatuto PME Excelência 2014.-----

Aprovado com quinze votos a favor: seis do PS, cinco do MSCMA, três do PSD, um CDS/PP e quatro abstenções: três da CDU e um do BE.-----

Continuando no uso da palavra a Senhora Presidente da Mesa e Antes de dar início à ordem de trabalhos, informou que o Senhor Presidente da Junta, através dos ofícios número 271-A5 e 274-A5, solicitou a inclusão de dois pontos extra ordem, nomeadamente: a Proposta n.º JF 14/2015 - Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra e o C.E.C.D. MIRA SINTRA – Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência, CRL e a Proposta n.º JF 66/2015 - Protocolo de colaboração para o desenvolvimento do Projeto de Telecuidado na vertente do apoio aos idosos carenciados a viver em situação de isolamento social na nossa freguesia. De seguida perguntou se concordavam que fossem admitidos estes dois pontos passando a ser os pontos dez e o onze, uma vez que o último ponto, “Apreciar e votar a Ata”, ficaria para a próxima Assembleia, uma vez que só hoje foi enviada por *e-mail* e distribuída em suporte papel, antes do início da reunião, faltando assim tempo para a ler atentamente. Sugeriu que este último ponto fosse apreciado e votada na próxima Assembleia. De seguida passou à votação para a admissibilidade do ponto dez e onze.-----

Antes de se dar início à votação, o Senhor Vogal Pina Gonçalves solicitou a palavra.-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que disse: “A questão que colocamos é a mesma, aliás, é fazer nossas as palavras da Senhora Presidente. Relativamente às duas propostas que chegaram exatamente no mesmo prazo que a Ata. As conclusões que retiramos em relação aos três documentos são as mesmas, quer dizer, nós temos um regimento, é evidente, depois a Assembleia é soberana mas, nós temos um entendimento das normas e das leis que não é fazer uma leitura de uma certa maneira quando nos dá jeito e fazer outra, de outra maneira quando não nos dá jeito, ou seja: a ata não tivemos tempo para ler, as propostas por maioria de razão, o tempo foi o mesmo Senhora Presidente. Nós entendemos que estas duas matérias deveriam ser adiadas, a sua discussão e votação, para permitir aos vogais que tenham tempo mínimo para a sua apreciação, por isso é que existem prazos para a entrega das situações, há situações de exceção, como tudo na vida, nós não conhecemos sequer os motivos inclusivamente que levam a que só recebamos duas propostas desta natureza que ainda por cima são muito importantes. Nós reconhecemos que são ambas muito importantes e de grande interesse para a freguesia ou para a União de Freguesias



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

para ser mais exato, no entanto, também não é menos importante e sendo tão importantes para a União de Freguesias deveria ter sido entregues aos Vogais da Assembleia da União de Freguesias, com mais tempo para a sua análise, de preferência respeitando os prazos que estão estabelecidos, isso é: que era de regra e era até valorizar efetivamente a importância que estas duas propostas têm e o interesse que têm. Nós temos dificuldade desta forma em votar isto em consciência, gostaríamos de beneficiar, do direito que temos ao prazo para análise destas matérias bem como das outras."-----

--- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Mesa que colocou à votação a admissibilidade do ponto dez e onze.-----

A admissibilidade foi aprovada com quinze votos a favor: um do CDS/PP, três do PSD, cinco do MSCMA, seis do PS e três votos contra: um do BE e três da CDU.-----

Continuando o uso da palavra, a Senhora Presidente da Mesa Maria Emília Infante em relação à correspondência recebida referiu as seguintes propostas:-----

A proposta nº111P/2015, da Câmara Municipal de Sintra, relativa ao protocolo celebrado entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Sintra, a construção de quatro Unidades de Saúde;-----

A proposta nº74P/2015, da Câmara Municipal de Sintra, relativa à denúncia do protocolo de cedência de autocarros com as freguesias;-----

A proposta nº24P/2015, da Câmara Municipal de Sintra, relativa à criação de MARU – Área de Reabilitação Urbana na Freguesia de Agualva e Mira Sintra;-----

Temos também o documento de pré-qualificação da candidatura em que a Junta de Freguesia participou no âmbito do instrumento de desenvolvimento local de base comunitário – SMARTURBAN Sintra, Freguesias inteligentes;-----

A proposta n.º 39/2015, relativa Reserva de espaço para os serviços da autarquia na parcela M do Cacém Polis, aprovada na reunião do executivo realizada no dia cinco de Março;-----

A proposta nº47/2015, relativa ao protocolo da delegação de competências para a gestão, conservação e manutenção dos equipamentos do Parque Urbano de Mira Sintra, aprovada na reunião do executivo realizada no dia vinte de Março e ainda os documentos remetidos pela Câmara Municipal de Sintra relativos à proposta da criação de uma área de reabilitação urbana em Agualva.-----

De seguida a Senhora Presidente de Mesa passou a mesma ao Senhor Presidente da Junta.-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: “Vou aproveitar para falar sobre três questões que foram colocadas pelos vogais sobre este assunto. As propostas são relativamente claras penso eu e, dentro do espírito da Junta de Freguesia dar toda a informação aos Senhores Vogais que considero especialmente relevante, com todo o tempo logo que o recebamos para apreciação dos Senhores Vogais e deliberação desta Assembleia caso assim o entenda. Eu ia falar, abstendo-me de falar dos pontos que foram plenamente



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

distribuídos, ia só centrar-me nas questões que foram colocadas relativamente à denúncia do protocolo da cedência do autocarro com as Freguesias. A Câmara Municipal procedeu à denúncia do protocolo dos autocarros era um direito que lhe assistia, deixou por pagar as verbas relativas ao primeiro ano em que o protocolo estava em vigor antes da sua denúncia, lamentamos este facto, só lhe posso dizer isso, o município está a negociar, elaborar internamente alternativas, para a gestão dos autocarros considerando como considera, que não tem condições para adquirir novos autocarros, tenciona gerir os autocarros da Junta de Freguesia que tem da forma que está a elaborar. Só posso lamentar, repito, a denúncia dos protocolos e que antes da sua denúncia que é legítima, não tenha sido a Junta de Freguesia ressarcida do valor a que tinha direito enquanto ele estava em vigor. Relativamente à criação da ARU, o porquê é que a ARU não era em Agualva e Mira Sintra? A razão é muito simples, e acho que a Vogal conhecendo a freguesia de Agualva e conhecendo a freguesia de Mira Sintra, percebe perfeitamente a razão. A freguesia de Mira Sintra é uma freguesia bem estruturada, com o urbanismo bem planeado e sem um décimo dos problemas urbanos que existem em Agualva, é apenas esta a questão. Seguramente o mesmo se poderia dizer a mesma coisa, porquê na freguesia de São João das Lampas, não existe uma ARU? Era bom que existisse. Porquê noutras freguesias como o Cacém e São Marcos, não existe também uma ARU? Não existe também. A Câmara Municipal entendeu e bem, que a área central da freguesia de Agualva tem muitos problemas, aliás é fácil perceber o porquê do Cacém não estar incluído, o Cacém foi objeto da intervenção de Polis Cacém, uma obra estruturante e intervenção que não beneficiou o centro da freguesia de Agualva, e é por esta razão. Dar nota porque é muito importante a criação das ARUS e o que representam? Como saberão os Senhores Vogais, foi criada a ARU de Sintra. A ARU de Sintra pretendeu/correspondeu à Vila Velha, à zona da Estefânia, fazer uma intervenção global na Vila de Sintra que muito merece. Entendi na altura e sugeri, seguramente não foi por ter sugerido que foi feita, mas sugeri que o Senhor Presidente da Câmara tivesse a ousadia de fazer áreas de globalização urbana nas zonas urbanas de Sintra. Eu vejo como uma medida extraordinariamente positiva, a criação da ARU de Agualva, a criação da ARU de Algueirão e Mem Martins e a criação da ARU de Queluz e Belas, demonstrando a importância que têm as zonas urbanas para o atual Município de Sintra. Foi colocada também uma questão sobre o facto da Junta de Freguesia ter prescindido da reserva do espaço para os serviços, na parcela do Polis Cacém pelo Vogal Luís Roberto. Gostava de referir e penso que também é do seu conhecimento, o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, manifestou o interesse de colocar na parcela M, cerca de sete mil metros quadrados desse espaço, com serviços municipais. O edifício será recuperado através de um parceiro privado, onde a Câmara Municipal terá uma capacidade edificatória de sete mil metros quadrados, onde pretende e anunciou colocar os serviços sociais da Câmara Municipal de Sintra, é isso que está planeado para este parque de estacionamento, é algo fundamental para a nossa Cidade, uma intervenção que se adiou por demasiados anos. Para quem critica a Câmara sobre algumas matéria, dizer que o município de Sintra, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Basílio Horta, está no município há dezoito meses, o anterior Presidente



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

da Câmara, esteve naquele mesmo lugar doze anos, só os números dizem por si. Relativamente à delegação de competências do protocolo de gestão e conservação, dava só uma pequena nota. Não foi referido, mas gostava de referir, a importância deste protocolo de delegação de competências, o qual vai definir a possibilidade de manter o Parque Urbano de Mira Sintra, com condições que antes não eram possíveis, pelo fato de não haver protocolo. O protocolo tinha cessado e o município de Sintra, não tinha delegado na Junta de Freguesia a manutenção deste espaço, apenas havia protocolo com CECD para pequenos espaços verdes. Este protocolo agora celebrado, permite à Junta de Freguesia intervir como deve e vai fazer no Parque Urbano de Mira Sintra, que merece esta intervenção e que estava adiada pela falta de protocolo. Todos os outros documentos são claros."-----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto Um – Apreciar e votar, nos termos da alínea b) do nº1) do artigo 9º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, os documentos de prestação de contas.**-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: “Vou fazer uma intervenção muito curta e depois para alguns esclarecimentos suplementares que entendam necessários, provavelmente darei a palavra ao Senhor Vogal João Castanho. Gostava só de referir três aspetos: a Junta de Freguesia apresenta os documentos de uma forma extensa e legível. A densidade dos documentos mostram bem o rigor e o cuidado na apresentação destes documentos que esta Junta de Freguesia apresenta e não é sem mérito que dou o elogio ao Senhor Vogal Tesoureiro, pela forma como os documentos são apresentados. A Junta de Freguesia transfere deste orçamento e vamos analisar depois quando for feito a apreciação da revisão orçamental, transfere um saldo positivo cerca de quatrocentos mil euros. Estes quatrocentos mil euros, é importante realçar que a Junta de Freguesia quando há um ano e meio, há dezoito meses tomou posse, estava na eminência de ser forçada a pedir um empréstimo bancário para garantir o pagamento dos salários. Essa situação, foi algo que nos marcou e faz com que a Junta de Freguesia tenha uma gestão especialmente prudente para garantir em primeiro lugar, as condições de sobriedade e a defesa dos trabalhadores e nesse sentido tivemos o cuidado de garantir com prudência a manutenção dos espaços públicos, e nesta prudência encontra-se a reserva cerca de cem mil euros que temos estimados, para pagamentos de água, portanto as incógnitas sobre os valores de pagamento que se tem incluído a taxa de conservação de resíduos sólidos, ou não, optámos sempre por ter uma política prudente e que garantisse a reserva para que o dinheiro nunca faltasse nesta freguesia, no entanto, é nossa intenção e também foi referido, que a intervenção do espaço público é absolutamente fundamental, depois de um ano passado, muito centrado na orientação dos serviços e colocar a máquina de novo a funcionar. No próximo mandato, a nossa intenção é termos sempre um excesso orçamental tranquilo, estimando uma reserva orçamental na ordem dos cem mil euros, para garantir sempre total facilidade de pagamento de todos os compromissos assumidos e garantindo esta folga orçamental que pretendemos ser a marca deste segundo mandato de intervenção do espaço público. São diversas as intervenções que depois iremos falar e seguramente estarão presentes na



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

atividade municipal na próxima reunião da Assembleia. Posto isto, deixava à consideração dos senhores Vogais, se houver perguntas genéricas serei eu a responder se forem técnicas, obviamente será o Senhor Vogal João Castanho que irá responder."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse: "Depois de uma leitura atenta às contas de dois mil e catorze e uma análise profunda de valorizar a clareza da apresentação dos resultados referentes a dois mil catorze, as questões estão no seu conteúdo ao qual passamos a enunciar. Quero dizer, tal como o Senhor Presidente disse aqui, está uma explanação bem-feita pelo Senhor Tesoureiro, não seria de esperar outra coisa mas, o seu conteúdo para nós é que é fundamental. Nós já apresentámos aqui uma vez, embora nos tivesse sido dado uma explicação o qual nós não entendemos, tem a ver com o seguinte: a documentação deve ser visualizada por alguém antes de vir para o exterior, para os Vogais da Assembleia, porque é incompreensível, Mapas do fundo maneio não estão rubricados, cinco reconciliações bancárias não assinados, execução anual do plano plurianual de investimentos não estão assinados, resumo diário de tesouraria não está assinado e fundos de caixa também não estão assinados. Poderá dizer-me o Dr. João Castanho, mas estão assinados aqui, eu tenho-os aqui assinados mas, para nós não foram assinados, isto para ter consagração de lei deviam estar assinados. Depois dizer o que sinto, tendo a execução da receita atingido noventa e seis ponto vinte e quatro e a despesa sessenta e cinco ponto zero seis, conclui-se que havia liquidez para investir mais em áreas de carências da nossa freguesia, o Senhor Presidente já explicou e eu compreendo perfeitamente que havia aquela questão de cento e quarenta mil euros da água, também compreendo que tenha que se assegurar, os salários dos dois, três primeiros meses do ano seguinte, pode haver transferências da Câmara que não venham mas isso não é o suficiente para se passar com quatrocentos mil euros, está aí o Senhor Tesoureiro que sabe perfeitamente aquilo que eu estou a dizer, apesar de haver alguns condicionantes que é isso que eu acabei de apresentar, não nos parece aceitável a verba de saldo de gerência de noventa e seis mil duzentos e setenta cinco zero oito, achamos que é uma verba exagerada, que podia ser muito consumido em questões de investimento, continua-se no órgão zero um, zero dois, a consumir uma fatia do orçamento que excede a oitocentos e seis mil setecentos e quarenta oito sessenta seis deste montante, só para o órgão zero um, são quatrocentos e cinquenta sete novecentos e quinze e treze cêntimos em salários. Face à liquidez como prova a passagem de saldo de gerência é bastante preocupante que aquisições de bens de capital apenas atinjam trinta e sete por cento, isto demonstra a falta de estratégia e de planeamento, não deixamos de poder valorizar o pelouro da ação social que atinge uma taxa de execução de oitenta e quatro por cento que demonstra que se investiu numa área tão importante para a população. Na cultura, apesar de se atingir sessenta e dois ponto cinco, face à disponibilidade financeira que a Junta apresenta, poderia no nosso entender, apresentar outros valores, outra taxa de execução. Onde se nota uma taxa de oitenta e nove ponto sessenta e quatro, o valor é elevado é aceitável, é no órgão zero um, pois aí não é preciso haver grandes estratégias é pagar e andar. É de realçar pela negativa e deve haver um maior esforço nos pelouros do



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

desporto e juventude e obras e equipamentos para o ano de dois mil e quinze, taxas de execução nas obras de quarenta e dois ponto trinta e quatro e de vinte e seis virgula quarenta e quatro deve merecer uma reflexão no interior do executivo, nos mapas de receitas estão inscritos vinte cinco mil euros para o Parque Urbano. Cinco mil euros para o Moinho da Pedra, vinte cinco mil seiscientos vinte e oito para o autocarro, o Senhor Presidente já explicou a razão e também ele próprio lamenta que não se tivesse feito um ressarcimento desse dinheiro até à extinção do protocolo num total de cinquenta cinco mil seiscientos o que se deve a não entrada destas verbas, no que diz respeito ao autocarro, Senhor Presidente já explicou obviamente que não será preciso explicar mais. Nas despesas, aparece-nos um valor que nos preocupa, que tem a ver com nove mil e seiscientos e um euros, em consultadoria jurídica, estudos, pareceres e projetos. Estes valores não irão muito longe do passado recente. Solicitamos à Senhora Presidente quando da votação das contas PPI referente a dois mil e catorze possa ser votado em separado, face a estas declarações vamos nos abster nas contas dois mil e catorze e depois daremos a nossa indicação de voto se a Assembleia assim o entender de votarmos o PPI a execução á parte das contas de gerência.”-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Tesoureiro João Castanho que disse:

“Relativamente à prestação de contas, penso que estão todos os documentos são esclarecedores, relativamente da situação financeira orçamental da freguesia, são esclarecedores, gastar e utilizar o dinheiro todo que foi orçamentado não era possível, utilizamos com rigor como o Senhor Presidente aqui já explicou e com transparência, todas os projetos que havia para realizar, nenhum dos Senhores Vogais do executivo deixou de realizar alguns dos seus projetos por falta de meios financeiros, isto foi ponto assente no executivo, agora o saldo que passou tem a ver com o que falámos no princípio e com o que temos vindo a falar, com rigor e com a transparência relativamente à gestão orçamental, com as poupanças que temos vindo a realizar com as assessorias, as avenças, as poupanças a nível dos custos intermédios de conhecimentos e serviços externos e poupámos noutra coisa que tinha vindo do passado, os serviços de administração direta relativamente às calçadas, foram trinta mil euros que se poupou com o pessoal do IEFP ao serviço da Junta que foram cerca de trinta mil euros e posso-vos dizer que avenças e assessorias foram sessenta cinco mil euros, como sabem quando iniciámos o mandato, Senhor Vogal não tínhamos dinheiro que o Senhor Presidente disse e muito bem, não era só para os salários, era para pagar também eletricidade e outras despesas de fornecimento correntes portanto o saldo foi aquele que passou, como o Senhor Vogal sabe, como estive no executivo há muitas despesas e muitas atividades, muitas delas foram feitas sem gastos efetivos da Junta de Freguesia, há protocolos assinados com instituições a nível da ação social, a nível da cultura que prestam serviço e atividades na Junta de Freguesia e que a Junta de Freguesia não depende de meios financeiros, não depende, são atividades realizadas e não depende de meios financeiros, é bom estar esse saldo, evidentemente que além dos compromissos e o novo plano de contratação nós queremos cumprir, além de fazemos os concursos, alguns atrasos, mas se o vogal também verificar os quatrocentos e vinte cinco mil euros que passaram, vão ser integrados no novo orçamento já vi cabimentados cerca de cento setenta mil euros de projetos que



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

estavam em curso de dois mil e catorze para dois mil quinze. Relativamente à questão da assessoria jurídica, tem a ver com o que aprovámos aqui relativamente ao relatório de auditoria que foi realizado, relatório que foi realizado aos valores relativamente ao nosso jurista e ao apoio jurídico que estamos a prestar relativamente ao protocolo com a Ordem dos Advogados, daí existir esses nove mil euros, esses valores são valores que correspondem à realidade, estão devidamente cabimentados e são efetivamente necessários, além disso Senhor Vogal, temos aqui outra coisa nestes nove mil euros, foi uma herança que vem do passado e não foi resolvida relativamente ao coreto e que nos arrastou e ainda não terminou em dois mil e quinze, que obrigou a junta a despender de meios financeiros e ter que cabimentar os valores relativamente ao processo do coreto do Senhor José Almeida, obrigou a junta a ter estas despesas, estão englobados também a auditoria e os custos que tivemos que assumir, não foram deste executivo mas que herdamos e que tínhamos que os assumir relativamente aquele processo. Relativamente à receita que me solicitou do Parque Urbano de Mira Sintra, vai ser assinado o protocolo que está garantido e vai ser assinado, relativamente aos autocarros o Senhor Presidente já falou, relativamente ao Moinho, a Câmara vai fazer a sua conservação portanto o único dinheiro que será transferido é só para o pagamento ao moleiro, eram estas as questões. Em relação à documentação, a documentação o Senhor Vogal nem o deixava sair, nem nenhum membro do executivo que está aqui, está o BE e está a CDU os documentos foram todos assinados, tínhamos que os entregar antecipadamente, posso-lhe garantir que estão todos assinados e vão amanhã para o Tribunal de Contas devidamente assinados, isso é ponto de honra para todos os membros do executivo, era isso Senhor Vogal."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse: " Primeiro para dizer que fui esclarecido pelo Senhor Vogal Tesoureiro, é para isso que servem as Assembleias e para por as questões, segundo, o que eu peço no futuro é que efetivamente se assinasse tudo e que haja com mais tempo a entrega da documentação e que venha toda assinada, no resto não ponho questões depois de ouvir as explicações do Senhor Vogal Tesoureiro."-----

A Senhora Presidente da Mesa informou a Assembleia de Freguesia que a bancada do Movimento SCMA, solicitou a votação em separado, votação do Orçamento e votação do PPI 2014. Tendo sido informada pelo Senhor Vogal Tesoureiro João Castanho que o documento era um só, sem possibilidade de votação em separado.-----

--- O Senhor Vogal Luís Roberto apresentou uma declaração de voto: "Os eleitos da bancada SCMA, votam contra o PPI e contra a Gerência de 2014, por considerarem que é incompreensível o executivo apresentar uma taxa de execução de trinta e sete por cento que revela a falta de estratégia Política e planeamento na execução, não havendo razões para tal, pois a saúde financeira da autarquia é bastante saudável ao ponto do saldo de Gerência de 2014 ser incorporado agora na primeira revisão orçamental, noventa e seis mil euros duzentos e setenta cinco e oito cêntimos, correspondente a sete ponto trinta e três por cento"-----



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Um**, tendo sido **Aprovado** por maioria com os seguintes votos a favor das bancadas: seis do PS; três do PSD; um do CDS/PP; três da CDU e um do BE e com cinco votos contra da bancada SCMA.-----

Ponto Dois - Apreciar, nos termos da alínea b) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação.-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** “O anterior inventário apresentado correspondia à agregação dos dois inventários de Agualva de Mira Sintra de uma forma simples, neste inventário, feita a incorporação dos dois inventários num outro e único inventário com todos os bens avaliados que a Junta de Freguesia tem no seu património com os abatimentos devidos e com as devidas valorizações, o que apresentamos aos Vogais que quiserem ouvir.”-----

Ponto três - Apreciar e votar, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão Orçamental do ano 2015.-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** “A apresentação genérica já foi feita pelo Vogal João Castanho, o que nós fizemos foi reforçar a verba que transita ano anterior, transferimos esta verba e dotámos novamente rubricas. Sabemos que havia este dinheiro em excesso, estavam orçamentadas por defeito, são as intervenções do todo espaço público e por esta razão, requer um reforço desta rubrica, mais uma vez tinha sido reservando previamente o dinheiro para todos os compromissos que tínhamos assumido, nomeadamente salariais, ação social e todos os outros compromissos, tínhamos indo retirando cada vez que havia necessidade, as verbas do espaço público porque o saldo executado assim o permitia e foram agora com a incorporação do saldo de gerência, reforçadas, mais alguma questão técnica será o Vogal João Castanho a responder.”-----

--- **Usou da palavra a Senhora Vogal Carla Henriques que disse:** “O BE vai abster-se neste ponto da ordem de trabalhos porque consideramos que a percentagem atribuída a este reforço, da percentagem atribuída à área social parece-nos insuficiente face à situação de carência dos nossos fregueses, gostaríamos de vir a atribuir um valor um bocadinho mais animado na ordem dos dez por cento, face a um valor total deste reforço da primeira revisão do PPI e na primeira Revisão Orçamental do ano dois mil quinze, seria apenas dez por cento, sabemos, como já nos foi dito, é este o valor que se poderá fazer um reforço vindo de outras áreas que dele não necessitem tanto mas trata-se de aqui contestar o valor que é atribuído, à partida pelo que observamos, fica muito aquém das necessidades reais da área social da União de Freguesias.”-----

--- **Usou da palavra o Senhor Vogal Aristides Mateus que disse:** “A apreciação da primeira revisão orçamental tem em conta o resultado da prestação de contas de dois mil e catorze e qual a opção deste executivo liderado pelo PS e suportado pela CDU, BE e PSD, neste ponto da ordem de trabalhos é de opções políticas que tratamos e de convicções quanto à gestão de recursos financeiros e humanos da



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

Junta de Freguesia e por motivo que alguns queiram estar dentro do executivo e ao mesmo tempo fora e que outros partilhem a mesa da Assembleia com o PS dando um sinal claro de apoio e compromisso de liderança, esta revisão orçamental é o resultado do governo da freguesia direta ou indiretamente da CDU, BE e PSD, este executivo por incapacidade ou pela pressão gerou um saldo orçamental de quatrocentos e setenta mil euros, os quais são agora incorporados no orçamento de dois mil quinze, significa na pratica que muito ficou por fazer, prescindiu-se do investimento no espaço público, não se reforçaram as atividades de apoio às instituições de solidariedade, não se apoiou como se devia as associações desportivas, culturais e recreativas, as taxas de execução dos pelouros refletem isso, perante a ausência de ação em dois mil catorze, podíamos ser tentados a pensar que os quatrocentos e setenta mil euros seriam incorporados nestas rubricas, infelizmente a opção não é essa, o Presidente da Junta e os partidos que o apoiam decidiram distribuir grande parte da verba disponível pelas áreas de funcionamento corrente da Junta de Freguesia prescinde-se do investimento e alimenta-se a máquina, prescinde-se das pessoas das instituições, deixo-vos três exemplos, órgão zero um, ao qual corresponde despesa com o pessoal, materiais publicitários, equipamentos de informática e outros, o reforço de quarenta oito mil euros, órgão zero dois, no qual se integram despesas com pessoal em regime de avença, locação de bens, outros serviços de atividade o reforço de trinta quatro mil euros, órgão zero três, no qual estão incluídos pessoal contrato a termo, artistas, espetáculos e outros o reforço é de noventa mil euros, Senhor Presidente maus exemplos dizemos nós, exemplos Senhor Presidente, maus exemplos dizemos nós, por curiosidade sabem qual o reforço de verbas para famílias carenciadas cinco mil euros para uma freguesia que tanto sofre institucionalmente, é muito pouco a juntar aos cinco mil que já estavam previsto em orçamento, exemplos das más opções que encontramos ao longo deste orçamento constatamos que o reforço em rubricas designadas por outros é excessivamente alto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vogais para quem tanto criticou o passado por falta de investimento cai agora na tentação, é tempo de olhar para trás e para a freguesia como um todo, de Agualva a Mira Sintra, é tempo de deixar o conforto do gabinete e passar pelas ruas e pracetas, de ouvir as pessoas, de visitar as instituições de ser autarca na verdadeira dimensão da palavra, não conte connosco para apoiar opções que engordem os serviços da freguesia e emagreçam os nossos fregueses, esse não é o caminho dos SCMA e é por isso que votaremos contra esta proposta."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Tesoureiro João Castanho que disse: "Só para esclarecer algumas situações, o saldo que transitou não são os quatrocentos vinte sete são quatrocentos e vinte cinco mil setecentos e setenta e três, porque o resto são operações não orçamentais portanto não são da Junta e nem nós podíamos integrar de acordo com o POCAL esse saldo. Relativamente aos valores que disse, relativamente à administração autárquica, o Senhor Vogal se calhar trocou aqui os mapas, o reforço que nós fizemos foi de quarenta e oito mil euros, o reforço que fizemos na rubrica zero um, se o Senhor Vogal reparar, são só quarenta oito mil euros porque eram rubricas que no primeiro orçamento não tínhamos verba necessária, como fizemos o primeiro orçamento e tínhamos um saldo de quatrocentos e vinte cinco mil, tivemos que o distribuir para as outras rubricas, o aumento na rubrica zero



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA** E **MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

um, a administração autárquica ainda está lá, são os custos com o pessoal, custos e fornecimentos e serviços externos, aquisições de serviços, prestações de serviços, são de quarenta e oito mil euros, relativamente a esta modificação está a estratégia da Junta de Freguesia, da transparência de rigor, se o Senhor Vogal verificar o reforço relativamente à ação social são de trinta e quatro mil euros, tínhamos cento e cinquenta um mil euros, reforçámos com trinta e quatro mil oitocentos e oitenta passou para quase duzentos mil euros na ação social, oh Senhor Vogal não são só cinco mil euros que são, são trinta e quatro mil euros de reforço, passa para cento e oitenta, quase duzentos mil euros, poucas juntas neste Concelho terão este orçamento na ação social e mais uma vez digo, há muito serviço relativamente à ação social, na cultura, no desporto e em todos os pelouros, os Senhores Vogais que não necessitam de meios financeiros, nós temos o Banco Alimentar, temos o protocolo com a PROBEM que apoia as famílias carenciadas e a junta não gasta dinheiro relativamente aos bens alimentares que dantes tinha que comprar, se o Senhor Vogal verificar, relativamente a obras e equipamentos há aqui a liderança e a estratégia da junta que é apostar nas pessoas e no bem-estar das populações que faz um reforço de trezentos e catorze mil euros na rubrica zero seis, obras e equipamentos, parque e jardins, noventa mil euros de reforço, viadutos, arruamentos e calçadas um aumento de vinte mil euros, passa para cento e sete mil euros, manutenção dos espaços verdes reforçamos relativamente ao protocolo com o CECD e aqui para Mira Sintra, reforçamos com mais trinta e três mil euros passou para duzentos mil euros, na parte da água e depois temos aqui o pagamento dos cento e quarenta mil euros, tínhamos que meter, ainda não pagámos a água, o Senhor Presidente já explicou relativamente à aquele diferendo que há com os SMAS relativamente às taxas, cento e oitenta e cinco mil, se o Senhor Vogal analisar isto com rigor, com verdade e estratégia está, as pessoas e no espaço público é que está aqui, e o que vimos, e os Senhores Vogais não referiram relativamente ao orçamento participativo que hão-de ver no relatório de atividades, as propostas que foram apresentadas revela bem a estratégia do executivo, relativamente a obras e equipamentos, dos quatrocentos e vinte cinco mil, trezentos e catorze mil são para obras e equipamentos, portanto investimento na freguesia."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Filipe Barroso que disse: "São duas notas muito rápidas na minha intervenção, primeira, na opinião do PS a intervenção que o Senhor Vogal do SCMA fez, fez a sua apreciação relativamente extensa sobre vários aspetos mas há uma coisa que nós consideramos e que discordamos, que foi, o que nos pareceu que era uma dúvida de comutar a Junta de Freguesia com expressão Governo, o Governo é suportado, o Governo Nacional é suportado pelo PSD e pelo CDS não tem nada a ver com a Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia, os partidos que a suportam, que suportam este executivo, PS com a CDU e BE é bastante diferente até nas características que têm sido, até na prática que tem sido utilizada por este executivo no apoio por exemplo da ação social em que há um grande reforço e que todos nós sabemos que o Concelho de Sintra é um Concelho relativamente pobre atualmente, tem muitas dificuldades, as duas freguesias que formam esta União de Freguesias quer Agualva quer Mira Sintra têm diversas características mas obviamente que há um factor de pobreza que infelizmente foi se



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

instalando ao longo dos anos com esta profunda crise e com as dificuldades que o país vive provocadas por este Governo neoliberal, é óbvio que as dificuldades são muitas e o executivo desta Junta de Freguesia tem feito um grande esforço para de facto ajudar e dar apoio aos mais carenciados, aos que mais precisam, aos que mais sofrem, aos mais desfavorecidos neste momento portanto consideramos que isso é de realçar."-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Três**, tendo sido **Aprovado por maioria** com os seguintes votos a favor das bancadas: seis do PS e três da CDU, com cinco votos contra da bancada SCM, com três abstenções da bancada do PSD; uma do CDS/PP e uma BE.-----

Ponto Quatro - Appreciar e votar, nos termos da alínea g) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a celebração do Protocolo de Delegação de Competências para a gestão, conservação e manutenção dos equipamentos do Parque Urbano de Mira Sintra.-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** "Vou ser muito breve, como já referi à pouco este protocolo ao ser celebrado vai permitir que a Junta de Freguesia faça as intervenções devidas no Parque Urbano que estava limitado por falta de recursos financeiros antes da assinatura deste protocolo, portanto apenas referi isso, o protocolo é obviamente celebrado nos termos que o Município apresentou, com os quais concordamos e que traduz apesar de tudo uma redução de verbas ao que é registado o ano passado mas obviamente com as verbas disponíveis iremos fazer a requalificação devida e merecida ao Parque Urbano de Mira Sintra."-----

--- **Usou da palavra a Senhora Vogal Catarina Ramos que disse:** "Congratulamo-nos com este protocolo e obviamente a bancada SCMA digo já que votará favoravelmente, que criamos só perguntar, obter aqui algum esclarecimento em dois ou três aspetos, primeiro, porque é que o Parque Juvenil fica da competência da Junta mas o parque Infantil fica da competência da Câmara Municipal de Sintra e, haverá dois dísticos de informação com contatos, um da Junta e um da Câmara em cada um dos Parques, os utentes do Parque se tiverem algum problema, algum equipamento que queiram reclamar que está partido, alguma coisa automaticamente têm que identificar se é da Câmara, se é da Junta, porque não estarem os dois parques o Infantil e o Juvenil neste protocolo com a Junta de Freguesia e também o espaço verde, em tempos já estive para o CECD porque não o espaço verde e calçadas do Parque Urbano, porque não estão também neste protocolo, porque é que isso ficará a cargo da Câmara, segundo se entende nesse protocolo, também questionamos se a verba atribuída dos vinte mil euros será suficiente para contratar técnicos de manutenção que é uma empresa, como é que este valor está explicado neste protocolo, nós achamos que é uma verba pequena a englobar a totalidade do Parque Urbano e de todas as infra-estruturas, como já referi votaremos favoravelmente mas gostaria destes esclarecimentos."-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** "A resposta é muito rápida, estes espaços, espaços verdes estão protocolados, já estão protocolados com o CECD, a Vogal estará desatenta, e não terá verificado



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

que o CECD faz a manutenção dos espaços verdes e o parque infantil também está protocolado, já estava protocolado com a Junta de Freguesia, é por esta razão que não está neste protocolo, tudo o que é de gestão, atualmente a gestão do Parque Urbano de Mira Sintra é a gestão dos espaços verdes gerido diretamente da Câmara através do protocolo celebrado com o CECD, o parque infantil através do protocolo celebrado com a Junta de Freguesia e agora todos os restantes espaços protocolados, é a Junta de Freguesia que garante a sua manutenção."-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Quatro**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Ponto Cinco - Apreciar e votar, nos termos das alíneas d) e f) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Regulamento de Taxas.-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** “O anterior regulamento de taxas que tínhamos apresentado correspondia simplesmente à agregação das duas tabelas de taxas provenientes da Freguesia de Agualva e da freguesia de Mira Sintra. Esta tabela de taxas resulta da atualização dos valores de uma racionalização de meios apresentados na proposta de uma forma clara, as comparações entre as taxas anteriores e as taxas atuais, em primeiro lugar suprimimos taxas que não eram aplicadas uma vez que estava prevista o aluguer na cedência dos espaços, cedidos inúmeras vezes às entidades sem que tenham sido cobradas taxas até por que os valores referenciados eram pouco ajustados ao espaço, portanto retiramos essas taxas que eram consideradas não aplicáveis, paralelamente reintroduzimos duas taxas, uma das quais resultantes da lei 75, designadamente, as taxas para arrumadores de automóveis, quer para a gestão de licenças de atividades ruidosas e temporárias, como festas populares e romarias, estarão recordados das iniciativas que a Junta Freguesia promoveu no Natal para a colocação de feiras, a Junta de Freguesia por licença de taxas estava inibida de cobrar os valores devidos pela utilização de espaço por isso, são estas taxas que decorrem da lei 75 e passaram a ser incorporadas. Paralelamente fizemos uma atualização de alguns valores dando realce à redução da principal taxa praticada pela Junta de Freguesia que resulta de atestados, declarações e outros documentos com uma redução de cinquenta cêntimos por taxa a que corresponde a valor especialmente significativo, retiramos também taxas que não eram aplicadas ou se fossem aplicadas não se compreendia a diferença de custos associados, designadamente transporte de bens para o estrangeiro, chamadas temporárias que tinham valores dispares, apesar de corresponder em termos do mesmo custo da prestação de serviços, portanto criava-se situações de discrepância que entendemos por bem retirar e paralelamente fazer uma atualização da taxa do autocarro. Fizemos o cálculo dos custos relacionado com os autocarros e o custo financeiro que estava para garantir o equilíbrio financeiro do autocarro correspondia a um valor por quilometro próximo de noventa cêntimos, nós considerámos este custo absurdo e considerámos que o custo mais ajustado e para reduzir o défice que é pago por todos nós em relação aos autocarros, era o valor de sessenta cêntimos que está em linha com a maioria das freguesias da área envolvente e portanto fizemos esta atualização, acrescentámos uma nova taxa de um serviço que também nos era, solicitado, estávamos com algum cuidado não



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

tínhamos forma de cobrar as taxas e o desgaste promovido pela cedência de outros veículos designadamente a Renault Traffic de nove lugares que por vezes nos é solicitada por algumas associações e criámos um valor, uma taxa que genericamente corresponde a metade da taxa do autocarro considerando o valor de cedência e abaixo do que é legalmente definido como sabem é de trinta seis centimos por quilómetro. Genericamente são estas alterações que foram feitas, todas elas são paulatinas e resultam de acertos com a intenção, tentar ajustar as taxas ao seu custo real para os serviços da junta."-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Catarina Ramos que disse: “Queríamos obter algum esclarecimento por parte do Senhor Presidente ou de quem de direito, em relação aqui a algumas taxas, nomeadamente à ocupação do terrado na feira de Mira Sintra e na feira de Colaride, é um valor completamente diferente, nós achamos que isto fazendo parte da mesma Junta de Freguesia se não seria um valor semelhante nas duas, não compreendemos porquê este valor, queríamos esta explicação, porque é que em Mira Sintra a ocupação do terrado é cinco euros por metro quadrado, enquanto em Colaride é um valor fixo de trinta euros e oitenta centimos ou trinta e quatro, salvo erro, se tiver errado portanto porque é que há esta diferença, num é por metro quadrado e no outro tem um valor fixo, qual é a justificação para isto, porque é que sendo da mesma freguesia não haveria a mesma taxa e depois isto verifica-se também nas contas, na informação do Senhor Presidente que a verba recebida em Mira Sintra tem o dobro da receita recebida do que na feira do Colaride, qual é aqui a grande diferença, porque é que isto tem a ver com as taxas, se tem a ver com a taxa de execução das cobranças, qual a diferença entre estas duas feiras que explique este valor, depois também em relação ao pagamento das licenças de atividades ruidosas, festas, etc., não compreendemos porque é que isto tem que ser dois pagamentos, é um pagamento pelo pedido e outro pagamento pela emissão, portanto de vinte e três euros e trinta e cinco, cada um dos pagamentos e refere também que as isenções estão contempladas, pelo que pude ler não estão contempladas as isenções de quem realmente não pode pagar por carência económica, quando qualquer instituição sem fins lucrativos ou instituição religiosa com sabe fiz parte aqui da Comissão de festas da Paróquia, quando pedíamos estas licenças à Câmara não nos era cobrado portanto estávamos isentos, isso não está contemplado neste regulamento, vai estar, como é que se encontra esta situação. Em relação ao que acabou de falar, ao aumento do autocarro, só temos um apontamento, achamos por um lado que a verba não recebida também está a ser suportada pelo aumento da taxa do autocarro, em relação portanto quando fala da taxa dos mercados e feiras refere o regulamento em vigor, não esquecendo que esse regulamento de mercados e feiras, ponto numero nove numa Assembleia de Junho de dois mil e catorze, não foi aprovado e achámos que para aprovar estes regulamentos e taxas, esse regulamento mercados e feiras também deveria vir aqui para ser aprovado porque ele ainda não foi aprovado naquela Assembleia em Junho de dois mil catorze."-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: “O esclarecimento também é muito rápido e agradeço as questões que permitem



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

esclarecer algumas dúvidas levantadas. Primeiro, nós não alterámos nada nas tabelas de taxas, relativamente aos mercados, por uma razão muito simples os mercados existem, têm contratos assinados com os feirantes e não achámos que fizesse sentido alterar esses contratos, seguramente eu gostaria de perguntar à Senhora Catarina se entende que elas deviam baixar, aumentar, gostava de saber, como é que fazia com os contratos feitos para os diversos feirantes, apenas uniformizamos os critérios de acordo com das feiras e com o mercado em Mira Sintra. Sobre as isenções dos autocarros, eventualmente terá esquecido uma questão, nós temos um regulamento de cedência do autocarro e nós não alterámos o regulamento em nada, as políticas de isenções são rigorosamente as mesmas, a única questão que existe tem a ver com a atualização do valor da taxa, estava previsto uma taxa de quilómetro para o autocarro de cinquenta cêntimos passou para sessenta e é a única alteração, mantendo-se na íntegra tudo o que está previsto no regulamento dos autocarros, penso que basicamente era esta questão que tinha referido, não sei se falou mais alguma coisa mas basicamente eram estas questões. Já falei, as feiras estão associadas a contratos com os feirantes que não alterámos, é essa a razão que as taxas se mantêm inalteradas, sobre o regulamento das novas feiras, o regulamento foi aqui chumbado e a Junta de Freguesia entendeu, fazer um novo regulamento e integrar também o mercado de Agualva que pretendemos introduzir no Largo da República, esse sim terá um regulamento próprio. A Assembleia reprovou o regulamento, entendemos que íamos fazer de novo este regulamento quando tivermos preparada a intervenção que pretendemos fazer no Largo da República."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Armando Gonçalves que disse: "Penso e entendo que há alguns excessos nas taxas que estará em vigor no presente ano, também entendemos que o regulamento, as taxas do Alto do Colaride, Mercado do alto do Colaride devem ter comparação com os de Mira Sintra, eu fiz referência no ano passado enquanto o de Mira Sintra, o mercado encontra-se executado e por falta de espaço há pessoas interessadas em entrar neste mercado e em Alto do Colaride o mercado está ocupado quarenta por cento, talvez nem tanto, por conseguinte será as taxas devem diminuir para que a população que se dedica à venda destes produtos agrícolas possam não ir só para o de Mira Sintra mas também para o do Alto do Colaride, é a favor que as taxas não sejam iguais."-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Catarina Ramos que disse: "Senhor Presidente, dirijo-me diretamente a si, eu não percebi aqui uma questão em relação aos mercados, fala-me em aumentar ou diminuir, eu não consigo perceber qual é o valor de uma da outra, compreendo perfeitamente não alterar o tipo de contratos, uma diz cinco euros por metro linear, não sei se eles tem três, quatro ou dez metros se pagam cinquenta euros ou pagam trinta e o outro diz trinta euros por metro linear, não diz por metro linear, diz trinta euros por terrados, qual é o espaço do terrado neste caso e qual é mais ou menos as dimensões típicas em Mira Sintra, se estes valores até podem estar iguais e nós aqui nesta tabela não percebemos, é só isso que eu perguntei explicação e depois acho que juntou as minhas duas perguntas, pode ser de eu falar muito depressa, às vezes. O que eu perguntei em relação à isenção foi as licenças de atividades e festas que não estava



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA** E **MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

regulamentado, a isenção só falava em carência económica, etc., não há nada regulamentado em relação à isenção, por exemplo de atividades sem fins lucrativos, etc., naquela licença que deduzo eu, passou para a junta e não para a Câmara, para aparecer agora novamente nas tabelas."-----

--- Usou novamente a palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Não tinha percebido o que tinha dito e faz algum sentido a questão que coloca, esta é uma tabela de taxas, nós iremos muito provavelmente fazer um regulamento da gestão deste tipo de pedidos e aí serão definidas eventuais isenções caso elas existam, na tabela de taxas não podem estar medidas e isenções, é taxas ponto, é o valor, sobre a questão que foi colocada, os pressupostos da feira são diferentes porque as feiras são diferentes, em Mira Sintra é um espaço linear e normalmente cada um dos feirantes tem uma ordem de seis metros lineares, paga em média trinta euros por terrado, paga trinta euros se for seis metros, se tiver um metro paga cinco euros, são os contratos que existem da forma como estão feitas, em Mira Sintra havia um valor por metro quadrado era três virgula quarenta e dois cêntimos o metro quadrado mas todos os terrados têm uma dimensão constante que tem nove metros quadrados e nós fizemos a harmonização do valor, a cada contrato corresponde trinta euros e oitenta apenas por acerto do valor do terrado, não fazia sentido considerar a nota por metro quadrado, sendo todos os terrados são iguais e não houve nenhuma alteração dos valores, eu não o referi nesses termos porque não há nenhuma alteração nos valores das taxas, houve tão pouco a harmonização e a questão que eu coloquei é quando dizia que entendia que as duas feiras deviam ter valores, eu questionei se entendia que deviam ser alterados para cima ou para baixo."-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Cinco**, tendo sido **Aprovado por maioria** com os seguintes votos a favor das bancadas: seis do PS; três da CDU e um do BE, votos contra das bancadas: cinco dos SCMA e três abstenções da bancada do PSD e um da bancada do CDS/PP.-----

Ponto Seis - Apreciar e votar, ao abrigo da Lei de Orçamento do Estado para 2015, a abertura do procedimento concursal para a contratação de dois assistentes técnicos.-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Relativamente a este procedimento, como é referido diversas vezes desde a tomada de posse, a Junta de Freguesia quando tomou posse confrontou-se com uma série de avenças que considerou dispensáveis e nesse sentido deixamos os contratos terminar, não os renovámos. Entendemos no entanto que haviam pelo menos três avenças, estou a falar de duas em particular que pretendemos agora resolver, temos duas avenças que considerámos indispensáveis para a gestão da atividade da Junta de Freguesia e essas duas avenças entendemos nós também que deviam ser substituídas por estas pessoas que hoje prestam serviço ou por outras. Deviam ser substituídas por contratos regulares de trabalho e terminem estas circunstâncias de precariedade. É exatamente isso que pretendemos fazer, terminar as avenças precárias que existiam e de uma legalidade (duvidosa), que nos



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

forçavam a existir pelo facto de necessitarmos que a Junta de Freguesia prestasse o seu serviço nas condições que o faz e ao mesmo tempo, agora regularizar a situação e portanto contratar duas pessoas para o quadro da Junta de Freguesia para as mesmas funções que hoje são desempenhadas por dois contratos de avença que irão ser obviamente cancelados. São estes os pressupostos, sendo que, como obviamente todos os pressupostos legais, e é neste entendimento que nós o fazemos, todos os pressupostos legais para a abertura deste procedimento concursal estão garantidos."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse: "Em referência ao ponto seis da ordem de trabalhos, a bancada SCMA depois de uma análise técnica e de justiça social entre os trabalhadores solicita a retirada da proposta com os seguintes fundamentos: que qualquer concurso deve o mesmo ser aberto para o início da carreira, considerando que apenas existe no quadro de pessoal para assistente operacional, deveria ser aberta mais uma vaga e a eventual entrada das pessoas que se encontram em trabalho precário começaria em pé de igualdade com os restantes trabalhadores. Posteriormente, havendo quatro vagas de assistente técnico no atual quadro de pessoal todos poderiam concorrer em pé de igualdade. Tendo sido aprovado recentemente pelo executivo a mobilidade entre carreiras para os atuais assistentes operacionais poderem auferir o vencimento de assistente técnico, é porque reconhecem o valor nos referidos funcionários. Será justo que quem venha ocupar os dois lugares possa auferir mais cerca de cento e oitenta euros. Só para vos dizer aqui que entre assistente operacional, início de carreira, quinhentos e cinco euros, entre assistente técnico, seiscentos e oitenta e cinco. Bem, um executivo que é socialista, isto para mim causa-me alguma impressão. Passando por cima das pessoas que têm estado bloqueadas nas suas carreiras, não estando disponível o executivo para acolher a nossa proposta, qual a razão que havendo quatro vagas de assistente técnico, não abre o concurso para a totalidade das vagas. Sendo esta proposta de complexidade jurídica, porque não é a mesma sustentada por parecer jurídico para evitar males do passado recente. Porque a proposta no seu articulado contém algumas imprecisões, reiteramos ao executivo da Junta a retirada da proposta. Reafirmamos a nossa disponibilidade, de colaboração de problemas que transitaram de passado mas nunca abdicando de valores de lealdade com todos os trabalhadores. Porque o executivo da Junta, se não for sensível aos nossos argumentos, votaremos contra a proposta. Tenho disto"-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Sinceramente, eventualmente terá muitas dúvidas, Senhor Vogal Luís Roberto, provavelmente porque se calhar não leu o Procedimento concursal, porque senão gostava de lhe perguntar quais são as imprecisões que encontra aqui. Gostaria que nos indicasse, particularmente quando refere que as pessoas que deviam entrar para o início da carreira. É exatamente isso que está previsto. O assistente técnico, no início da carreira, na primeira posição remuneratória e o quinto nível remuneratório. É exatamente o início da carreira. Portanto se não é confirme e verificará que seja. Eventualmente terá cometido outro erro ao entender ou a confundir as carreiras. Existem assistentes operacionais, assistentes técnicos e



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

técnicos superiores. O que nós pretendemos, para regularizar a situação de dois funcionários que estão em avença que estão categoria de assistente técnico, portanto não consigo sinceramente compreender a sua questão. Obviamente a Junta de Freguesia não irá retirar a proposta. É fundamental para a Junta de Freguesia terminar com as situações de precariedade em que a Junta de Freguesia existe. É na defesa dos trabalhadores e na luta contra as precariedades, e repito que nós mantivemos apenas porque é imperioso manter o funcionamento adequado da Junta de Freguesia que os alterámos. Fizemos um compromisso até quando renovámos a última vez o contrato de um dos colaboradores, dissemos na proposta que iríamos de imediato, e de imediato seja logo que tivéssemos capacidade para isso, abrir o concurso para admissão neste quadro. Apenas isto. Não percebo muito bem as suas imprecisões e gostaria que me diga onde é que as encontra, porque não as encontro.”-----

--- Usou novamente a palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse: “Certamente, quem fez isto o Senhor não leu. Ponto sete. O recrutamento entre trabalhadores da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em conta os princípios da racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade autárquica, no caso de impossibilidade da ocupação do posto de trabalho conforme deliberação do órgão deliberativo de dezassete de Abril. Qual é o órgão deliberativo? É este. Hoje é vinte e nove e mediante a proposta do órgão executivo de vinte e nove. É ou não é uma imprecisão? Responda-me. É ou não é uma imprecisão? Esta é uma questão. Agora foi um lapso, mas existe uma imprecisão, Dê a mão à palmatória. Depois dizer-me a mim que, é evidente que na carreira de assistente técnico vai do coloca-lo no primeiro degrau, mas tem que se esquecer é que os administrativos são assistentes operacionais também. O Senhor tem cinco pessoas a assistente operacional a ganhar quinhentos e cinco euros. Por uma questão de justiça, abria a vaga para assistente operacional e depois abria consoante para assistente técnico para as pessoas serem recuperadas nesse lugar. O que o Senhor está a fazer é abrir logo diretamente e eu não lhe quero dizer uma coisa porque é assim..., o Senhor está a dizer aqui claramente de que... este concurso é para as pessoas que estão eventualmente a recibo verde? Então isto é um concurso já com fotografia? O Senhor pode-o pensar mas não o pode dizer.”----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que disse: “Tratando-se de uma matéria que tem a ver com trabalhadores e havendo aqui uma pequena divergência, senti-me na obrigação de aqui intervir, nós temos agora um regime jurídico de carreiras na Administração Pública que data ainda do Governo Sócrates que eliminou todas as carreiras que haviam na altura deste técnico operacionais a outras e criou de fato três grandes grupos de pessoal na Administração Pública, os assistentes operacionais, que não são de modo algum assistentes técnicos, são trabalhadores que anteriormente estavam em carreiras operárias especializadas, semi-especializadas ou não especializadas e também nas carreiras auxiliares e que foram todas eliminadas e substituídas por chapa cinco, designação assistente operacional, enfim, não vou discutir agora essa lei, já foi discutida, o PCP também votou contra nessa altura e depois há os assistentes técnicos, que são as carreiras que anteriormente, eram as carreiras técnico profissionais e a carreira



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

administrativa, portanto eliminaram-se um conjunto de especialidades de saberes, etc., destruíram-se carreiras e juntou-se tudo num monte onde lhes chamaram assistentes técnicos, que é outra coisa e depois há os técnicos superiores, existem ainda, mas isto é uma casta Brâman, não é a casta dos intocáveis, entretanto neste caso particular que estamos aqui hoje a discutir, chegámos aqui, a nós parece-nos que é de avançar com este concurso, a nossa única dúvida nem era esta, era se os procedimentos concursais têm que vir a Assembleia de Freguesia, mas pronto, de resto achamos muito bem que estes trabalhadores que estão consecutivamente á uma serie de tempo a trabalhar para a freguesia, portanto para os fregueses e para a autarquia, devem ver a sua situação resolvida e não devem pagar nem a destruição das carreiras da Administração Pública que eu já referenciei, nem devem pagar aquilo que é a política do atual governo, dando continuidade a tudo isso faz o que faz e que até há bem pouco tempo era apoiado e muito veementemente pelo Senhor Marco Almeida, por exemplo, o governo que fez estas coisas aos funcionários públicos, são aqueles pormenores que não abonam pela coerência, mas efetivamente achamos que os trabalhadores é que não têm que pagar nem têm que ficar prejudicados no meio de todas estas situações, por isso apoiamos, votaremos favoravelmente a proposta que a Junta de Freguesia traz hoje aqui."-----

--- **Usou da palavra o Senhor Vogal Armando Gonçalves que disse:** "O PSD solicita cópia da proposta do executivo que deu origem ao presente concurso, eu não tenho, nós de qualquer forma vou levar, de qualquer forma nós votamos a favor, tenha ou não tenha a proposta."-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** "É só para esclarecimento das questões que foram colocadas pelo Vogal Luís Roberto, é muito rápido, obviamente há efetivamente um lapso quando é referida a data de dezassete de Abril, exatamente porque inicialmente quando este texto foi redigido estimava-se que a Assembleia de Freguesia se realizasse no dia dezassete de Abril, essa data foi indicada, obviamente irá ser corrigida porque trata-se apenas de um lapso, dizer também para que fique absolutamente claro, o concurso é aberto as todas as pessoas em termos legais, o que não significa e acredito que ninguém estará mais empenhado do que os dois funcionários que hoje estão nestas condições e que talvez, poderão, provavelmente bater todos os restantes pelo seu empenho que será seguramente maior que qualquer dos outros, apenas isto, sendo que o concurso é aberto a todos em termos legais."-----

--- **Usou novamente a palavra o Senhor Vogal Luís Roberto que disse:** "Já agora no sentido construtivo quando apelei essa questão da troca, também que o Senhor Presidente emende o Artigo cinquenta e sete da lei trinta e cinco de dois mil quinze de vinte de Junho, ainda não chegámos a Junho."-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Seis**, tendo sido **Aprovado por maioria** com os seguintes votos a favor das bancadas: seis do PS; três da CDU; um do BE e um do CDS/PP, cinco votos contra da bancada SCMA e três abstenções da bancada do PSD.-----



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AGUALVA E MIRA SINTRA
Assembleia de Freguesia

Ponto Sete - Apreciar e votar, nos termos da alínea g) do n.º 1) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Protocolo a celebrar com a CPCJ Sintra Oriental (Comissão de Proteção Crianças e Jovens).-----

--- Usou a palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Esta Junta de Freguesia entendeu por bem que se devia auxiliar CPCJ pelo papel inestimável que fazem na prevenção contra a violência e contra os maus tratos infantis, entendemos que devíamos prestar o apoio através da contratação de técnico, psicólogo em princípio, para o funcionamento da CPCJ e é nesse sentido que celebramos um protocolo que trazemos hoje que co-substancia esta adjudicação de serviços que iremos fazer, é uma das razões porque encontra o Senhor Aristides, o aumento na administração autárquica da Junta de Freguesia, é por iniciativas como esta, porque nós pretendemos e devemos que a Junta de Freguesia tem que dar o papel estimável que cabe à Junta de Freguesia, no apoio às crianças e os números têm muita coisa por trás, às vezes antes da crítica fácil, leviana, que fez, devia eventualmente analisar a atividade municipal onde é que o dinheiro foi aplicado durante este trimestre, isto é boa iniciativa da Junta de Freguesia que espero eu no próximo mês possamos ter uma técnica superior para dar apoio na CPCJ, o apoio que a Segurança Social e o Estado Português recusou às CPCJ, recusou aliás reduzindo recursos que tem hoje disponibilizados."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Álvaro Silva que disse: "Se me permitir Senhor Presidente eu queria só em dois segundos agradecer à grande maioria ou a quase todos os Vogais do executivo e da Assembleia, o gesto de apoio que me deram numa fase difícil recente por questões de saúde, felizmente ultrapassei e consegui ultrapassar, obrigado a todos. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra isto é um protocolo louvável, é uma atitude que merece uma grande consideração porque há muita gente que fala de crianças e jovens e não faz nada por elas, nem sabem como é que se faz, só sabem falar, é realmente um protocolo extremamente importante, pedimos-lhe que, dentro do que for possível, o seu empenho para que a CPCJ de Sintra Oriental seja sempre apoiada pela Junta de Freguesia, os jovens e as crianças bem precisam, tenho estado em algumas atividades com crianças e jovens onde o Senhor Presidente tem estado também, percebo a sua intenção de colaborar e ajudar mas felicito-o por este protocolo."---

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que disse: "Na sequência de duas coisas, uma a moção que apresentamos no período antes da ordem do dia contrária à descentralização de competências que são obrigação da Administração Central incluindo a Segurança Social, também daquilo que acabou de ser dito pelo próprio Presidente da Junta de Freguesia quando afirmou com exatidão que o Governo retirou apoios à Segurança Social e as CPCJ, nós temos ainda a acrescentar o seguinte, o Governo despediu à bem pouco tempo, através da figura cínica da requalificação, agora não há despedimentos, há colaboradores e não trabalhadores e há requalificação e não há despedimentos, mas as coisas são o que são, podemos chamar-lhe o que quisermos, sermos mais cínicos ou menos cínicos mas as coisas são como são, foram cerca de seiscentos e setenta trabalhadores das diferentes carreiras profissionais da Segurança Social incluindo da unidade dos CPCJ que foram despedidos, acontece também que no decurso disto



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

dois partidos políticos do PCP e também do PS apresentaram projetos em plena Assembleia da República para resolverem adequadamente a situação criada nos CPCJ, propostas de lei essas que reforçavam os meios, pretendiam o reforço dos meios das CPCJ, essas propostas de lei foram rejeitadas pela maioria PSD e CDS/PP criando uma situação dramática nos centros de apoio às crianças entretanto verificaram-se a morte, em consequência de violência doméstica, de algumas crianças no nosso país, depois, desse fato mais uma vez cinicamente suscitou que o Ministro Pedro Mota Soares pedisse um debate de urgência sobre os CPCJ, portanto põem-nos no buraco e depois querem debater o buraco em que põem as pessoas mas não resolveram o problema, isto não é uma competência da Junta de Freguesia nem desta nem de nenhuma, esta competência é da Segurança Social pública que tem que ser garantida pelo Governo que é quem administra o Estado Central, estar a fazer isto, além de ser uma situação temporária que não vai resolver o problema em termos de uma situação de fundo porque não é essa a competência da Junta de Freguesia cria-se uma situação casuística disfarçando um problema que foi criado por outrem o tal Governo PSD, CDS/PP. A Junta de Freguesia deve, na nossa opinião optar por uma outra perspectiva, por uma outra estratégia que é engrossar os movimentos sociais e políticos em defesa da Segurança Social pública e do seu reforço também incluindo claramente também os CPCJ, isto não vai resolver o problema e mais, põe na Junta de Freguesia uma responsabilidade aparente que não é efetivamente sua também, portanto estes motivos levam-nos a votar contra esta proposta."-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Carla Henriques que disse: "O BE vai votar favoravelmente este ponto apesar dos riscos apresentados aqui pelo Senhor Pina Gonçalves, não podemos deixar de congratular esta iniciativa que a junta fez, são pequenas gotas no oceano mas dada a conjuntura económico-social é de grande importância orientar as crianças e os adolescentes uma vez que os pais andam um bocado desorientados e penso que é importante e agradecemos."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Dâmaso Martinho que disse: "Como membro eleito por esta Assembleia para as CPCJ tenho profundo conhecimento das dificuldades que enfrenta a CPCJ Sintra Oriental, os presentes também através da comunicação social e não só, têm tido também muito conhecimento daquilo que tem sucedido ao longo do tempo, eu apesar de poder estar de acordo com algumas das coisa que o Senhor Pina Gonçalves disse, discordo de alguma delas porque é assim, a Junta de Freguesia ao admitir uma técnica para lá só vem colmatar esta situação, a CPCJ Sintra Oriental tem mil e duzentos processos e tem cinco técnicos, porque presentemente vai sair um já e a seguir sairá outro, quem é que fica com esses processos, abandonamos as crianças, deixamos assim, vamos contestar, não é competência da junta, não pomos lá nenhum técnico, vamos só contestar e quem é que faz o acompanhamento daqueles processos, são os três técnicos que vão ficar com mil e duzentos processos, oh Senhor Pina com certeza que o Senhor não queria isto se tivesse algum familiar numa situação destas, o Senhor não queria isto portanto eu venho felicitar a junta pelo protocolo que vai assinar porque muita falta vai fazer este técnico à CPCJ."-----



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Vítor Ferreira que disse: "Nós vamos votar favoravelmente esta proposta porque nos congratulamos pelo fato de a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra querer fazer parte da sua resolução e não do problema, todos nós sabemos que isto é uma responsabilidade do estado, eu estou de acordo com aquilo que os meus antecessores disseram na sua globalidade mas nós não nos podemos adiar, certamente que todos estarão recordados das últimas notícias que envolvem crianças a onde as CPCJ deveriam ter atuado e é por isso que acho que nós todos deveríamos fazer uma reflexão e tentar fazer parte da solução e não do problema."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Armando Gonçalves que disse: "A minha intervenção também é muito rápida é só para felicitar a junta por este esforço nobre que vai ceder à CPCJ."-----

--- Usou da palavra a Senhora Vogal Ana Pais que disse: "Pedi para intervir porque esta situação é extremamente complexa, não é pela caridadezinha que nós vamos resolver os problemas destas crianças. Esta situação é uma situação em que o estado tem de estar atento e está atento e estará atento mesmo apesar de ter enviado alguns dos técnicos e estes trabalhadores da Segurança Social para a requalificação mas é uma situação em que o estado está atento. Eu pergunto, um técnico numa freguesia, consegue dar o apoio, no caso de uma criança para ser retirada, e eu falo por casos concretos e situações reais já vividas, se um juiz de turno numa madrugada pedir para esse técnico retirar uma criança aos pais e levar para uma instituição, estará a Junta de Freguesia habilitada para tal? Terá um único técnico a fazer os devidos relatório? Isto não são coisas feitas de ânimo leve. Estas competências, eu costumo dizer, cada macaco no seu galho, ou então estamos aqui também a dar valor à municipalização/descentralização que é aquilo que se está a passar neste momento. O votar contra aqui, é porque temos que nos pôr um pouco na realidade destes casos. As coisas não são feitas de ânimo leve, isto são feitos relatórios, isto vai a tribunais, há tribunais de turno, há situações extremamente complexas. As pessoas não têm a mínima noção daquilo que se está a passar, daquilo que se pode passar, é muito evidente, que estes casos têm que ser dados a quem de direito e é o Estado Português que tem de fazer isto, não tem que se mandar para as freguesias."-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse: "Só apenas dar uma nota não estava a pensar intervir, só uma palavra que me chocou um bocadinho é o termo caridadezinha, não é caridadezinha, estamos a falar de um todo, eu lamento e comecei por referir que lamento que a Segurança Social tenha retirado os técnicos é claramente uma menos valia para as comissões mas isso não significa que a Junta de Freguesia não tenha responsabilidade com a CPCJ, a CPCJ por definição é uma entidade com várias instituições onde deve estar presente o Estado Central, onde deve estar presente o município, onde deve estar presente a Junta de Freguesia, onde devem estar presentes as associações da freguesia portanto o princípio da criação da CPCJ é exatamente isto, a Junta de Freguesia neste momento vai suprir uma falha que existe por parte dos técnicos mas não significa que não seja uma obrigação sua, também é. Terminando, só dizer por exemplo, nada nas competências da Junta de Freguesia diz que nós devemos ter



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

técnicos da ação social, temos porque entendemos, como entendiam os executivos anteriores, entendemos que o papel da ação social é fundamental por isso temos técnicas ação social a prestar o apoio que todos dele necessitam não significa que não decorra de uma forma direta da lei setenta e cinco, nós neste executivo como nos anteriores, acharam que isso era importante e fundamental e o que nós fizemos foi reforçar o trabalho que já tinha sido feito, portanto as competências da Junta de Freguesia também são estas e devem ser estas e já agora esqueci-me de agradecer as palavras elogiosas e também congratulando pelo restabelecimento pleno de saúde do Senhor Álvaro. Dizer também porque a Senhora e a Vogal me pediu, criticava-me se eu não o fizesse, ela teve que se ausentar por compromissos profissionais relativamente aos acordos em que está a trabalhar, portanto pediu-me para dar esta nota e aqui ficou."-----

--- Usou da palavra o Senhor Vogal Filipe Barroso que disse: "Esta proposta, este protocolo é no intuito de ajudar. Os técnicos da ação social da Junta de Freguesia têm a competência suficiente para prestar esse auxílio, dentro das suas competências, portanto isto obviamente não é desresponsabilizar o Estado Central, a Administração Pública, mas sim de fato a ajuda que é muito necessária e que devemos todos congratular, por isso dar os parabéns à Junta de Freguesia, mais uma boa medida que deverá ser aplicada no sentido de contribuir para a resolução destes graves problemas e dar o contributo nesse sentido e é para isso de fato que a proposta é feita."-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Sete**, tendo sido **Aprovado por maioria** com os votos a favor das bancadas: seis do PS; cinco dos SCMA; três do PSD; um do BE e um do CDS/PP e três votos contra da bancada da CDU.-----

Ponto Oito - Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2) do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Informação escrita do Presidente da Junta, referente ao 1.º trimestre de 2015.-----

A Senhora Presidente da Assembleia tomou a palavra, "recordo que neste momento estamos com menos de meia hora para a meia-noite e ainda temos o Ponto Oito - Informação Escrita do Presidente da Junta, a eleição do Vogal Suplente para a Comissão de Proteção de Menores e os outros dois pontos que foram admitidos, o dez e o onze, Senhor Presidente, não sei se damos continuidade e passar já para o ponto oito ou avançávamos para a eleição e os outros dois pontos, ficando a Apreciação escrita, é uma sugestão, quem corda que se passe para o ponto nove, dez e onze e ficaria o ponto oito uma vez que não há tempo, como é obvio, se faz favor, Senhor Pina Gonçalves fez uma interpelação à mesa.----

--- Senhor Vogal Pina Gonçalves tomou a palavra: Senhora Presidente efetivamente a Assembleia é um órgão que merece ser tratado com dignidade, com respeito e com consideração, não é, isto é uma sessão ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Agualva Mira Sintra, o órgão está reunido e é soberano para tomar decisões não me parece nada cordial que a Senhora Presidente peça à Junta de Freguesia indicações para continuar a gerir os trabalhos e de que forma é que deve continuar a gerir, isto é uma primeira situação que me leva a fazer esta



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

interpelação, a outra que a própria Senhora Presidente reconhece que uma Ata não tem condições de ser votada hoje porque foi entregue tardiamente, o mesmo aconteceu com duas propostas apresentadas pela Junta de Freguesia que pelos vistos se entende que não se tem tempo para ler uma Ata mas tem-se tempo para ler umas propostas e agora quer alterar um ponto que até por maioria de razão deveria ser o primeiro da agenda, isso é uma questão que depois nos citaremos em conferência de representante e não o oitavo muito menos o último, portanto na nossa perspectiva não faz sentido nenhum estar-se a alterar o ordenamento da agenda dos nossos trabalhos de hoje, não faz sentido nenhum ainda por cima quando estamos perante circunstâncias que tem a ver com pontos que foram entregues ontem Senhora Presidente, ontem, os materiais que já foi aqui dito pelo Senhor Presidente que foi entregue atempadamente, para mim atempadamente não é bem isso, atempadamente é o prazo que está no regimento da Assembleia, portanto face a tudo isto, enfim se a Assembleia assim o deliberar, delibera, mas na minha perspectiva e na perspectiva da bancada da CDU delibera contra si próprio.”-

A Senhora Presidente da Assembleia tomou novamente a palavra, dizendo: “Quero só recordar que foi feita aqui a votação e a votação foi a favor da Admissibilidade dos dois últimos pontos, só recordar-lhe isto, quem vota a favor da proposta que acabei de apresentar no sentido de passarmos para o ponto nove, depois o dez e o onze, Aprovado por maioria com seis votos da bancada PS; cinco dos SCMA; três do PSD; um do CDS/PP e um do BE e com três votos contra da bancada da CDU.----

Ponto Nove - Eleição do Vogal suplente representante da Assembleia de Freguesia para a CPCJ Sintra Oriental (Comissão de Proteção Crianças e Jovens).-----

--- **Usou da palavra o Senhor Vogal Vítor Ferreira que disse:** “Vou tentar ser breve, segundo parece foi colocada a todas as bancadas a possibilidade de indicar um membro suplente para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estranho que desta elevada importância que é a CPCJ não haja ninguém que se tenha disponibilizado, das outras bancadas, para ficar como suplente eu espero muito honestamente e tenho que o dizer que não seja por este cargo não ser remunerado, a importância da CPCJ, de haver um membro da Junta de Freguesia na CPCJ é muito grande e eu acho que todos deviam ter noção disso, nós no PS propusemos um membro efetivo e considerando que se houver alguém, nós retiramos a nossa proposta, considerando que até ao momento ninguém apresentou o elemento para ser suplente nós indicamos a Vogal Fátima Feliciano para ser suplente e se ninguém mais propuser eu proponho que seja feita a votação.”-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Nove** com a eleição **a Favor da Senhor Vogal Fátima Feliciano** com os seguintes votos: quatro votos não; oito votos sim e sete votos em branco.”----

Ponto Dez – Appreciar e Votar o Protocolo de colaboração para o desenvolvimento do Projeto de Telecuidado na vertente do apoio aos idosos carenciados a viver em situação de isolamento social.-----



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

--- **Usou da palavra o Senhor Vogal Luís Rato que disse:** “Como os Senhores Vogais puderam ver, constatar, ler, esse é um projeto inovador no nosso Concelho, é um projeto que visam o estabelecimento de uma parceria neste caso com os nossos Bombeiros por forma a que arranquemos com uma ideia que é por em casa das pessoas mais carenciadas e isolados, para já numa primeira fase, um sistema de apoio que lhes permite em casa necessidade em caso de urgência, de ter um contato muito direto, neste caso com os Bombeiros, é um sistema que vai proporcionar a esses idosos, estejam onde estejam, em casa ou fora dela, possam estar sempre de forma a que se possa entrar em contato e no caso de ausência de contato dessas pessoas o próprio serviço garante que no prazo máximo de quarenta e oito horas, neste caso os Bombeiros, a pessoa que está a fazer o backup vai saber onde é que estão essas pessoas, como é que elas estão, se pelo menos estão vivas, isto permite para já, numa primeira fase para vinte pessoas, Protocolo tripartido, Câmara, Junta e Bombeiros, numa primeira fase repito para vinte pessoas, mas depois, é uma esperança nossa, se alargue a todas as pessoas que queiram usufruir desse serviço que em nosso parecer é um serviço muito válido, muito útil e que os nossos idosos isolados e temos cerca de quarenta a cinquenta idosos isolados, mas numa primeira fase de arranque para vinte idosos e espero que esse Protocolo hoje seja aprovado para que possamos arrancar com esta ideia que é uma mais valia para todos.”-----

--- **Usou da palavra o Senhor Vogal Pina Gonçalves que disse:** “A CDU entende que o conteúdo que é enunciado nas normas comitivas desta proposta também como da outra que a seguir prevê que venha a ser também discutida e votada nesta Assembleia são matérias de tal modo importantes que deveriam ser tratadas de uma outra maneira pelo executivo da Junta de Freguesia, deveria ter sido entregue a documentação atempadamente, deveriam ter sido dadas as condições regimentais aos Vogais desta Assembleia para estudarem as propostas, analisarem-nas e depois poderem votá-las em consciência, coisa que no nosso caso não foi possível porque recebemos essas propostas como disse ontem de tarde, logo a CDU não tem condições de discutir nem de votar o conteúdo destas propostas embora considere de relevante interesse a matéria que elas tratam e por essa razão não participará nem na discussão nem na votação destas duas propostas.”-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dez**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Ponto Onze – Apreciar e votar o Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra e o C.E.C.D. Mira Sintra – Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência, CRL.-----

--- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta Carlos Casimiro que disse:** “Esta proposta co-substancia o protocolo que celebrámos com o CECD Mira Sintra para a promoção do emprego protegido que tem como local de trabalho, “prática efetiva de emprego protegido” o Parque Linear de Agualva, com este contrato garantimos as condições para funcionamento de pelo menos cinco cidadãos com deficiência intelectual, ao mesmo tempo conseguimos garantir a qualidade do



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE **AGUALVA E MIRA SINTRA**
Assembleia de Freguesia

trabalho prestado nos espaços verdes pelo CECD, feitos designadamente nos espaços verdes de Mira Sintra, pretendemos também nesta matéria apoiar os cidadãos com deficiência na forma mais positiva que pode ser feita, através do trabalho, trabalho que os dignifique."-----

--- Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Doze** tendo sido **Aprovado** com os seguintes votos a favor das bancadas: seis do PS; cinco do SCMA; um do CDS/PP e um do BE e uma abstenção de um Vogal da bancada do PSD.-----

--- Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa, após leitura da minuta da Ata e respetiva votação, **aprovada por Unanimidade**, declarou encerrada a sessão, pelas zero horas e vinte minutos.-----

--- Para constar lavrou-se a presente Ata que se encontra gravada e guardada em ficheiro áudio com a designação (**AUFAMS 2015-04-29_B001**), sendo parte integrante desta ata.-----
Agualva-Cacém, 29 de Abril de 2015-----

A Presidente de Mesa,

Maria Emília Infante

1º Secretário,

Dâmaso Martinho

2º Secretário,

João Paulo